

**tempo e presença**

Publicação do CEDI • Número 254 • Ano 12 Cr\$ 200,00

# ELEIÇÕES 90

---

*O jogo político brasileiro*



# REPERCUSSÕES DA CRISE

O final de 1990 aponta para o Brasil um quadro não muito animador. O plano de estabilização econômica do governo Collor apresenta sua fragilidade em muitos aspectos. A inflação voltou a crescer, chegando a patamares preocupantes. A recessão se faz presente fortemente, com as seqüelas do desemprego e da miséria. A violência, na cidade e no campo, atinge níveis assustadores. O escândalo inominável dos chamados esquadrões de extermínio de crianças é a expressão mais perversa da situação social que vivemos.

A divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE mostra mais um aspecto negativo da nossa conjuntura: os 10% mais ricos da população brasileira aumentaram sua participação na renda nacional de 46,6% em 1981 para 53,2% em 89. Em contrapartida, os 50% mais pobres da população diminuíram sua participação no chamado "bolo econômico", de 13,4% em 81 para 10,4% em 89. Quer dizer, temos um modelo econômico que se destina a enriquecer os poderosos e tornar miseráveis os pobres.

Também tivemos eleições. Os resultados do pleito estão exigindo cuidadosas e profundas reflexões. As análises iniciais tornam claras muitas interrogações e algumas pistas de interpretação. Como explicar o grande contingente de votos nulos e brancos? O que dizer do baixo nível político dos programas e debates nos meios de comunicação social? E a volta de políticos de propostas antigas e de comportamento duvidoso? Certamente que há também aspectos positivos e estimulantes. Como fazer um balanço de processo tão complexo? É um desafio para muitos grupos comprometidos com os movimentos populares.

Para agravar ainda mais a situação, temos o grave problema da dívida externa, cujas negociações confusas e controvertidas vão levando o governo a ceder aos interesses dos bancos estrangeiros e a reajustar a economia aos modelos impostos pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. E todos

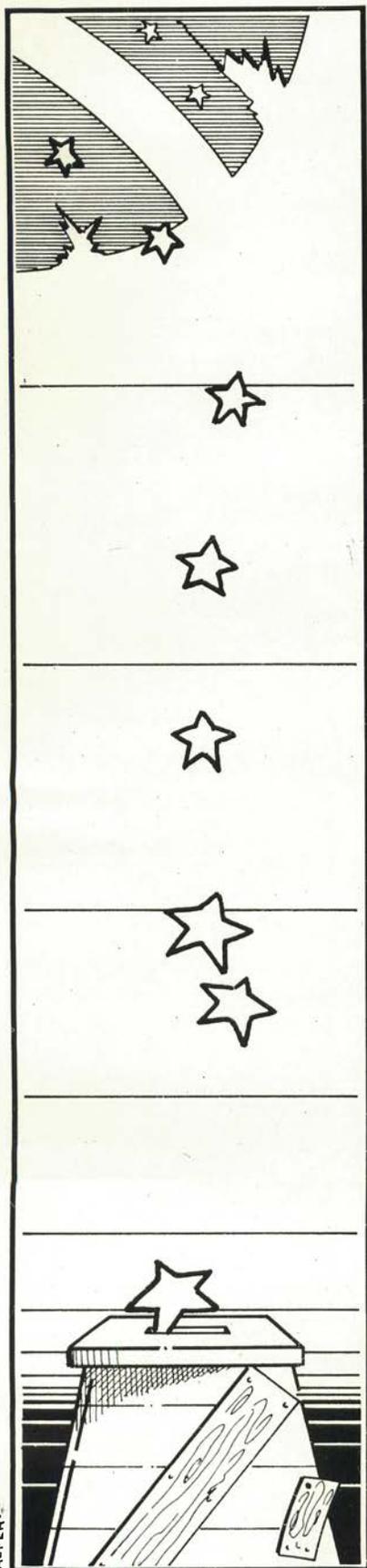
já temos experiências do que essas receitas produzem na vida dos trabalhadores.

A política salarial vai se arrastando em discussões intermináveis no Congresso, nos gabinetes do Planalto e nas reuniões infrutíferas do chamado "entendimento social". Enquanto isso os trabalhadores vão sendo prejudicados com a desvalorização constante de seus salários, que não acompanham, nem de longe, o aumento dos preços dos produtos essenciais à sua vida.

Enfim terminamos o ano no bojo de uma crise que poderá produzir efeitos sociais e políticos de repercussões imprevisíveis. E o quadro fica ainda mais grave quando verificamos que essa mesma problemática se apresenta em quase todos os países do continente. Fala-se muito na crise do socialismo e suas seqüências. É preciso que se ressalte que no Brasil e na América Latina estamos no auge da crise do capitalismo e do chamado modelo neoliberal. Os resultados estão evidentes na luta pela sobrevivência de milhões de trabalhadores, cada vez mais pobres e explorados. E a face mais trágica da crise desse capitalismo está estampada no sofrimento e na dor dos milhões de meninos e meninas, vítimas maiores desse sistema.

Certamente que a superação desse momento político não vai se dar nas reuniões palacianas e nem nos acordos dos grandes banqueiros e empresários. A construção da democracia e de um projeto político nacional tem que ter como elemento fundamental uma ampla participação popular, com uma discussão aberta a todos os setores sociais. A nossa crise não se resolve com "salvadores da pátria" nem com arrogância e auto-suficiência.

Para o próximo ano, que todos prevêm difícil e repleto de mais sacrifícios, torna-se imperativo o fortalecimento dos movimentos populares e a união das forças progressistas, num verdadeiro esforço ecumênico, para colocar o país no caminho de uma sociedade justa na qual os direitos dos empobrecidos sejam os indicadores dos rumos a serem tomados.



# Índice

## Eleições

- 05 ELEITORES DISPARAM VOTO CONTRA O GOVERNO E RENOVAM 63% DO CONGRESSO  
Bernadete Toneto
- 10 EVANGÉLICOS E PODER  
Magali do Nascimento Cunha
- 12 O VOTO COMO DIREITO UNIVERSAL  
Emir Sader
- 14 SEGUNDO TURNO FORJA OPOSIÇÕES FISIOLÓGICAS  
Márcio Santilli
- 16 ALOIZIO MERCADANTE: O PROJETO ALTERNATIVO DE SOCIEDADE PASSA PELA DISPUTA PARLAMENTAR  
Entrevista a Jether Pereira Ramalho

## Economia

- 19 O PAPEL DO GOVERNO NO TEATRO DA NEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA  
Paulo Davidoff Cruz

## Educação

- 23 NOVA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO  
Maria Isabel de Almeida

## Internacional

- 24 A DECADÊNCIA DOS EUA E A CRISE NO ORIENTE MÉDIO  
Creuza Maciel e Brady Tyson

## Igrejas

- 28 500 ANOS DE EVANGELIZAÇÃO  
João Batista Libânio
- 31 MOMENTO FORTE DE ECUMENISMO  
Jether Pereira Ramalho

## Rubem Alves

- 36 O RELÓGIO

## América Latina

- 38 PERU, ENTRE A VIDA E A MORTE  
Ricardo Verastegui Lopez

## Bíblia Hoje

- 40 VEM, ESPÍRITO SANTO, RENOVA TODA A CRIAÇÃO!  
Nancy Cardoso Pereira

## Livros

- 43 ASSEMBLÉIA ÀS CLARAS  
Paulo Roberto Garcia  
QUEM É O CLANDESTINO?  
Luís Marcos Sander

## Eleições

### Na era Collor, o protesto vai às urnas

As eleições deste ano traçaram um novo mapa político do Brasil, com traços conservadores mas definidos ideologicamente. O governo Collor perdeu aliados nos governos estaduais mas obteve maioria no Congresso. Além do alto índice de votos brancos e nulos, o processo eleitoral mostrou um crescimento proporcional dos partidos de esquerda e revelou novas lideranças, como os 24 sindicalistas eleitos deputados federais. Outra sorte tiveram os evangélicos, cuja bancada caiu pela metade. (Páginas 5 a 11)

### Do voto apático à democratização

Muitos fatores influíram para a apatia eleitoral deste ano. Para o sociólogo Emir Sader, é preciso democratizar o voto, direito universal que impede ditaduras sociais. (Página 12)

### Nas oposições, a decadência do império

O resultado das urnas trouxe de volta ao cenário político velhos fantasmas e o fim do poder irrestrito de Collor. Para Márcio Santilli, é hora das esquerdas se unirem. (Página 14)

### Economista reforça oposição no Congresso



O economista e deputado federal eleito pelo PT Aloizio Mercadante quer iniciar seu mandato com uma frente de moralização do Congresso. Em entrevista exclusiva a *Tempo e Presença*, ele fala da falência do Plano Collor e da necessidade de um projeto de desenvolvimento. Foto: Parizotti. (Página 16)

### A resistência de 500 anos de evangelização

Após 500 anos as igrejas esbarram na dificuldade de evangelizar os pobres na América Latina, diz o teólogo Libânio. (Página 28)

### A luz do Espírito que cai sobre as igrejas

Em 91, 311 igrejas participarão em Canberra da 7ª Assembléia do CMI, cujo tema é o Espírito que renova a criação. (Página 31)

### A falência americana e a crise no Golfo

Os EUA investem contra o Oriente Médio, novo inimigo do desenvolvimento. (Página 24)

### Peru, um país que luta contra a morte

Inflação, violência, militarização. Esse é o retrato do Peru, um país entre a vida e a morte. (Página 38)

### O teatro da negociação da dívida externa

Há razões para euforia com a negociação da dívida externa? "Não", é a resposta do economista Paulo Davidoff Cruz, que explica o porquê. (Página 19)

## tempo e presença

Revista Bimestral do CEDI

Novembro/Dezembro 90

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129  
22211 — Rio de Janeiro — RJ  
Telefone: (021) 224-6713  
Telex: 021 37892 CIED BR  
Fax: (021) 205-5993

Av. Higienópolis, 983  
01238 — São Paulo — SP  
Telefone: (011) 825-5544  
Telex: 011 26561 ECUM BR  
Fax: (011) 825-7861

**Conselho Editorial**  
Carlos Rodrigues Brandão  
José Oscar Beozzo  
Heloísa de Souza Martins  
Márcio Santilli  
Milton Schwantes  
Paulo Schilling  
Regina Hara  
Regina Reyes Novaes  
Rubem Alves

**Editor**  
Jether Pereira Ramalho

**Jornalista Responsável**  
Edmilson Zanetti  
MTb 15.192

**Editora Assistente**  
Bernadete Toneto

**Editor de Arte e Secretário de Redação**  
Flávio Irala

**Diagramação e Secretaria Gráfica**  
Marta Cerqueira Leite Guerra

**Digitação**  
Rosely Ramos Cruz de Santana

**Paginação**  
Alfredo Salvador Vieira Coelho

**Revisão**  
Dirce Nogueira Benevento

**Capa**  
Álvaro Ferreira

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso:  
Cr\$ 200,00

Assinatura anual:  
Cr\$ 1.000,00

Assinatura de apoio:  
Cr\$ 1.200,00

Assinatura/Exterior:  
US\$ 30

ISSN 0103-569X

Gosto imensamente de ler e analisar os artigos escritos na revista *Tempo e Presença*, que é lida também por diversas pessoas que visitam o Conselho Angolano de Igrejas Evangélicas, onde trabalho como repórter.

**Nzakimuena Daniel - Ntango**  
**Conselho Angolano de Igrejas Evangélicas**  
**Luanda, Angola**

A publicação de *Tempo e Presença* sobre socialismo é a mais séria que até agora tive oportunidade de ler.

**Amarildo de Oliveira**  
**Contagem, MG**

Várias comunidades se interessaram pelo número 252 de *Tempo e Presença*, sobre socialismo, de conteúdo muito oportuno e muito bem trabalhado.

**Dom Tomás Balduino**  
**Bispo de Goiás, GO**

Nosso Grupo de Apoio ao Índio tem estudado muito as matérias publicadas em *Tempo e Presença*, especialmente a última sobre a Amazônia.

**Jair Rossi Lopes**  
**Ji-Paraná, RO**

As transformações no mundo socialista é um grande desafio para o movimento popular. *Tempo e Presença* abriu um grande leque com a publicação de vários textos sobre a questão.

**Demerval G. de Oliveira**  
**Brotas de Macaúbas, BA**

A revista *Tempo e Presença* tem me ajudado bastante no desenvolvimento de uma boa parcela da minha tese de bacharelado em Teologia: "Movimento popular, conse-

quências da libertação em Cristo".

**Cássio Campos Neves**  
**Campos dos Goitacazes, RJ**

*Tempo e Presença* tem sido de grande utilidade nas minhas atividades de professor e pastor.

**Raul Ferreira Lima**  
**São Paulo, SP**

Parabéns pelo alto nível de comunicação, comprometido com a vida e com a informação alternativa.

**Iria Josefina Presoto**  
**Balsas, MA**

Quero parabenizá-los pelo excelente serviço que prestam ao trabalho de evangelização e das lutas populares através desta revista.

Os temas tratados são sempre atuais e aprofundados, dando-nos assim uma visão ampla.

**Paulo Roberto Batista**  
**Santa Maria, RS**

Gostaria de parabenizá-los pelo trabalho maravilhoso realizado por vocês de *Tempo e Presença*.

**Valéria Savóia**  
**Guaratinguetá, SP**

Estou sentindo falta na *Tempo e Presença* de artigos que mostrem experiências de organização sindical e popular. Os efeitos do governo Collor se fazem sentir, há um clima generalizado de desesperança no país e restamos a sensação de que tudo está perdido. Mas sabemos que não é verdade, muitos grupos estão articulados e na luta. Por que não fornecer-lhes subsídios para mais esse período de resistência?  
**Eduardo Gomes Jalkner**  
**São Carlos, SP**

Reconhecimento pelo belo e crítico trabalho que *Tempo e Presença* desenvolve na linha de formação e informação ao movimento popular.

**Vilson Pedrosa**  
**Lages, SC**

*Tempo e Presença* é um ótimo material de estudo e reflexão de nossa realidade.

**Valmor José de Deus**  
**Florianópolis, SC**

Esta revista está fazendo um serviço muito elogiável de assessoria e informação.

**Uwe Wegner**  
**São Leopoldo, RS**

### CEDI do Rio muda-se para sede própria

Desde o final de outubro o CEDI do Rio está em novo endereço. A entidade agora está instalada em sede própria, à rua Santo Amaro, 129, cep 22211. Atenção para os números de telefone e fax. O telefone é (021) 224-6713. O número do fax é (021) 242-8847. O número do telex continua o mesmo.

# ELEITORES DISPARAM VOTO CONTRA O GOVERNO E RENOVAM 63% DO CONGRESSO

*Volta ao passado, conservadorismo, maior definição ideológica e crescimento proporcional das esquerdas. Esses são alguns resultados das últimas eleições, recordistas de votos nulos e brancos. No final, o voto tornou-se uma arma que o eleitor disparou contra o governo Collor*

Bernadete Toneto

No dia 1º de fevereiro de 1991 o Congresso Nacional receberá seus novos 503 deputados federais e 31 senadores eleitos em 3 de outubro. Só que a renovação parlamentar — que na Câmara Federal chegou a 63% — também sepultou alguns mitos e revelou um novo mapa político brasileiro, com traços saudosistas, conservadores mas definidos ideologicamente. A mesma tendência foi verificada nas eleições para governador, quatro deles de oposição e outros sete que prometem apoio “crítico” ao governo Collor.

As eleições deste ano consagraram novidades. Ou nem tanto. O alto índice de abstenções e de votos nulos

Douglas Mansur

e brancos quase desbancou quem já se dizia eleito. E, por outro lado, confirmou uma tese que se esboçava no início da campanha: a de que o eleitorado ressuscitaria velhos políticos. A idéia, que acabou se concretizando, partia do princípio de que o eleitor, frustrado com o governo Collor e com a política econômica, não arriscaria mais no gênero “novo político” e “não sou político, minha gente”, votando em quem já tinha mostrado experiência e feito obras.

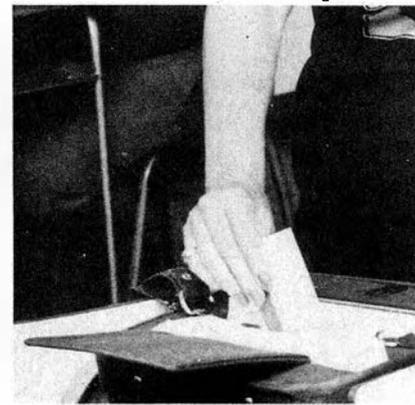
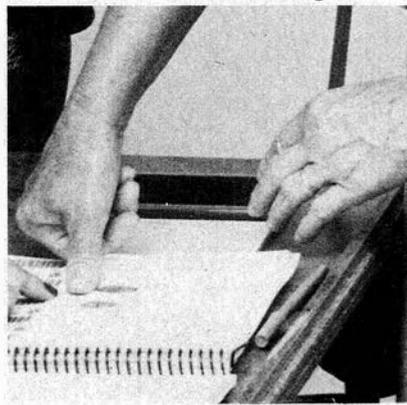
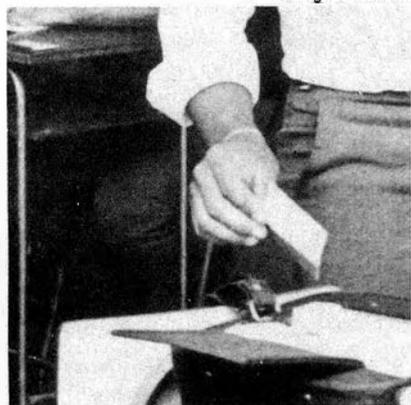
O ressurgimento de velhos políticos se concretizou em oito estados. Os governadores Leonel Brizola (RJ), Hélio Garcia (MG), Iris Rezen-

Douglas Mansur

de (GO), Agripino Maia (RN), Gilberto Mestrinho (AM), João Alves (SE) e Jáder Barbalho (PA), eleitos em 1982 e rejeitados nas urnas em 1986, voltam ao poder. Ao lado deles o ex-governador biônico Antonio Carlos Magalhães, eleito para o governo da Bahia, Espiridião Amin (SC), que conseguiu um vaga no Senado, e Miguel Arraes, o deputado mais votado de Pernambuco. Como toda regra tem exceção, São Paulo rejeitou pela quinta vez consecutiva a candidatura de Paulo Maluf, derrotado no segundo turno por Luís Antonio Fleury Filho e pelo governador Orestes Quércia.

Nos estados, o partido que saiu mais fortalecido foi o PFL, que elegeu nove governadores. A seguir vem o PMDB (7), PDT e PTB, com três governos cada. O PTR ganhou no Distrito Federal e em Rondônia e o PRS, PSDB e PDS, em Minas Gerais, Ceará e Acre, respectivamente. Dos 25 eleitos, 14 apóiam integralmente o governo Collor, sete manifestam-se “críticos” e quatro são declaradamente de oposição, exatamente os de estados importantes da União: Rio de Janeiro, São Paulo,

Douglas Mansur



# DO SINDICATO PARA A CÂMARA

Na configuração do Congresso que legislará a partir de 1991, merece destaque especial a presença de uma "bancada sindicalista" na Câmara Federal, totalizando 24 parlamentares. Este se constitui num fato novo na vida política brasileira, pois se até então os movimentos populares não deixaram de estar representados no Congresso — os debates em torno dos direitos trabalhistas e da reforma agrária na Assembléia Nacional Constituinte demonstraram isto —, a bancada recém-eleita dá conta de um aumento expressivo nesta representação. Este aumento parece significar não só uma maior presença dos trabalhadores nesta instância de debates e deliberações, como também a emergência de uma representação mais ampla e diversificada.

De fato, este conjunto de parlamentares-sindicalistas são egressos, por exemplo, tanto do movimento sindical urbano (20 deputados) quanto do rural (4 de-

putados), abarcando diversas categorias de trabalhadores.

Com relação ao campo, vale apontar que os parlamentares eleitos têm como uma de suas bases o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o que poderá vir a incrementar os futuros debates em torno da regulamentação sobre a definição do que sejam "terras produtivas", com implicações imediatas nos critérios de desapropriação para fins de reforma agrária. Constata-se ainda que da lista de deputados eleitos constam tanto novos nomes quanto alguns já mais conhecidos, com mandatos anteriores no Poder Legislativo, seja a nível federal ou estadual. Finalmente, este conjunto de parlamentares se concentra basicamente nos partidos de esquerda, sendo que 20 deles (ou seja, 83%) foram eleitos pelo PT. Segue o nome de cada um, o partido e o estado pelo qual se elegeram e alguns dados sobre suas trajetórias.

Adão Preto	PT/RS	Liderança ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e deputado estadual
Agostinho C. Valente	PT/MG	Advogado, bancário e deputado estadual
Augusto Carvalho	PCB/DF	Sociólogo e bancário. Reeleito
Beraldo Boaventura	PDT/BA	Líder bancário
Carlos Santana	PT/RJ	Ferrovário e presidente da CUT/RJ
Célio de Castro	PSB/MG	Médico, ex-presidente do Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte e vice-presidente da Federação Nacional. Reeleito
Chico Vigilante	PT/DF	Ex-presidente do Sindicato dos Vigilantes
Ernesto Gradella	PT/SP	Engenheiro, professor e ex-vereador em São José dos Campos
Jaques Wagner	PT/BA	Ex-presidente do Sindicato da Indústria Química
João Paulo Pires	PT/MG	Topógrafo e líder metalúrgico. Reeleito
José Fortunatti	PT/RS	Líder bancário e deputado estadual
José Cicote	PT/SP	Líder metalúrgico e deputado estadual
Lucy Choinaski	PT/SC	Liderança ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e deputada estadual
Luiz Gushiken	PT/SP	Presidente nacional do PT, bancário. Reeleito
Maria Laura	PT/DF	Ex-presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos
Mendes Botelho	PTB/SP	Engenheiro, ex-presidente do Sindicato dos Ferrovários de São Paulo. Reeleito
Paulo Bernardo	PT/PR	Líder bancário
Paulo Delgado	PT/MG	Sociólogo e professor. Reeleito
Paulo Paim	PT/RS	Sindicalista e ex-presidente do partido. Reeleito
Paulo Rocha	PT/PA	Gráfico, membro da executiva da CUT
Pedro Tonneli	PT/PR	Trabalhador rural e deputado estadual
Ricardo Moraes	PT/AM	Líder metalúrgico
Tilden Santiago	PT/MG	Jornalista
Waldir Ganzler	PT/PA	Liderança ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e deputado estadual

Rio Grande do Sul e Espírito Santo. A eles, o presidente Collor já mandou uma mensagem, através do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho: "A oposição deverá ser crítica. Não aceitarei oposição por oposição".

**Conservador** — Enfraquecido nos governos estaduais mais importantes, Collor tende a seguir a sina dos ex-presidentes João Baptista Figueiredo e José Sarney, que tiveram bases políticas apenas no Nordeste. Para contornar essa situação, ele já acena com benesses para o governador eleito do Rio, Leonel Brizola, e para entendimento com Orestes Quércia, um dos grandes vitoriosos do processo eleitoral deste ano.

Se por um lado tenta negociar com os governadores de oposição, o governo manterá a partir do próximo ano uma situação folgada no Congresso Nacional. O resultado das urnas mostrou que a soma das bancadas que apóiam Collor (PFL, PDS, PRN, PTB, PDC, PL, PSC, PRS, PSD, PSP, PST, PMN e PTR) atinge 257 deputados, enquanto as bancadas opositoristas (PMDB, PDT, PSDB, PT, PSB, PCB e PC do B) terão apenas 245 parlamentares. No Senado — que elegeu apenas um terço da casa, pois os demais têm mandato até 1995 — o governo ainda dependerá dos dissidentes do PMDB, pois a oposição, detentora de 41 das 81 vagas, mantém maioria simples.

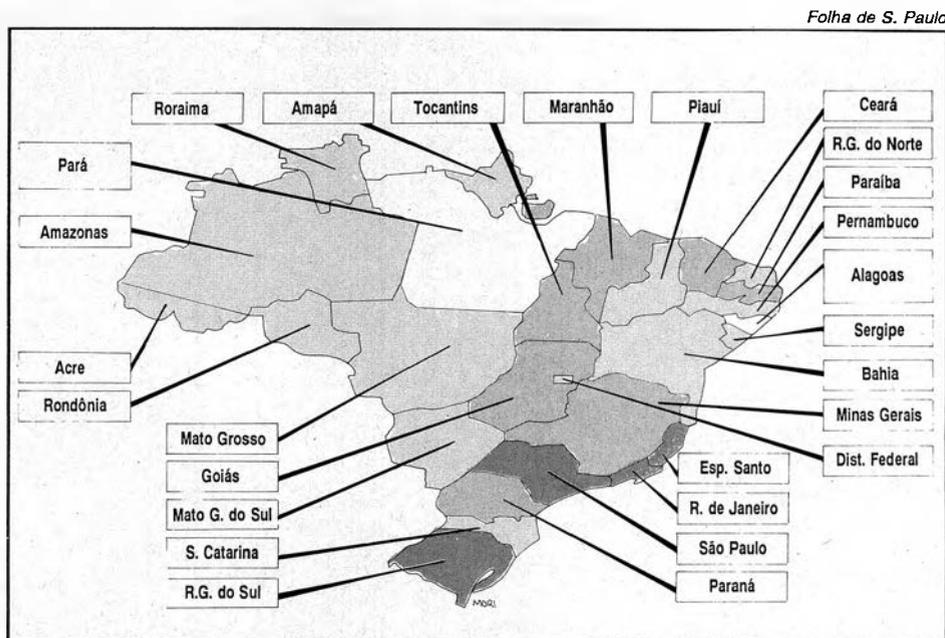
O perfil do novo Congresso Nacional deixa muito a desejar. Além de conservadores, os eleitos têm pouca representatividade, já que o grande índice de votos nulos e brancos fez com que os vitoriosos representassem apenas 30% em média do eleitorado. O PMDB, que no auge do Plano Cruzado, em 1986, surpreendeu com a eleição de 260 deputados, este ano chegou a apenas 110, mesmo assim mantendo-se o maior partido do Congresso. O PFL, que fecha o ano com 92 parlamentares, perdeu duas vagas na Câmara e o direitista PDS saltou de 31 para 44 deputados.

E o PRN, que sequer existia em 1986, depois de abrigar sob suas asas o presidente Fernando Collor de Mello, saltou de 31 para 41 deputados.

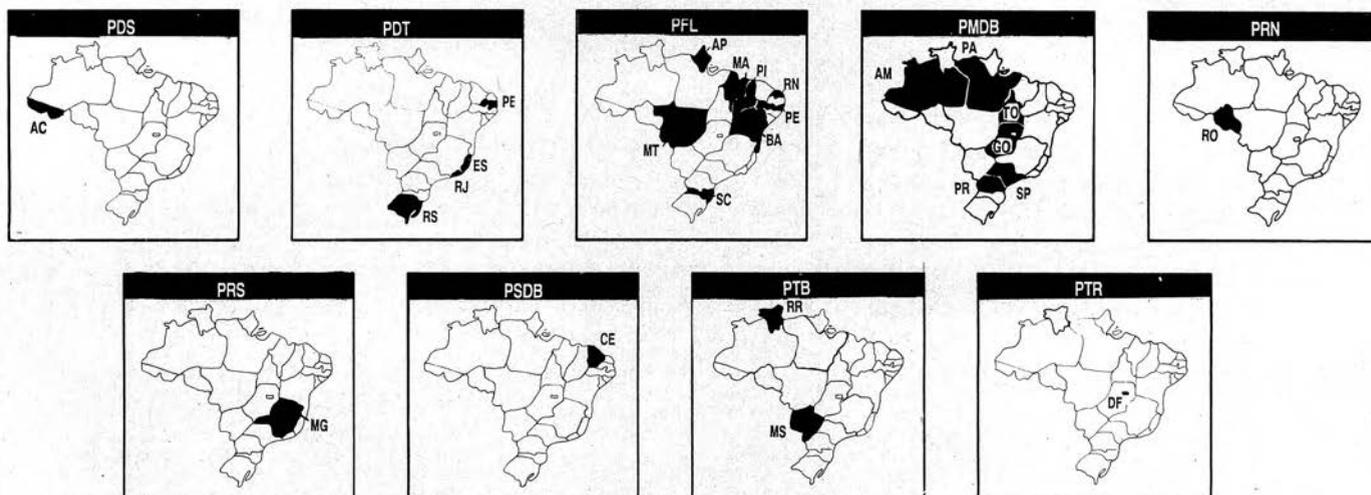
**Rejeição** — Cerca de 130 deputados não foram candidatos à reeleição em 3 de outubro, ou por desistência ou porque preferiram disputar cargos majoritários. E acabaram se dando bem, pois o resultado final mostrou que, dos 487 eleitos em 1986, apenas 186 ficarão em Brasília para um novo mandato. A renovação do Congresso atingiu 63%, o maior índice já registrado na história política do país. No Paraná, por exemplo, só foram reeleitos cinco dos 30 deputados federais. Diferentes partidos de esquerda concordam em pelo menos uma coisa: ganhou quem tinha muito dinheiro para gastar na campanha e os que mantinham trabalho de base, seja popular ou sindical. “A renovação favoreceu candidatos novos, principalmente os de esquerda, do que é exemplo típico a paraense Socorro Gomes, do PC do B, que entrou na campanha com chances remotas e foi a mais votada de seu Estado”, analisa o jornalista Marcondes Sam-

# RETRATO POLÍTICO DO BRASIL PÓS-ELEIÇÕES

- Apoio a Collor
- Apoio “crítico” a Collor
- Contra Collor



## O PAÍS DIVIDIDO POR PARTIDOS



Fonte: Folha de S. Paulo

# O PROTESTO DOS VOTOS ANULADOS

Cecília Marton



Pinheiro: o perigo do autoritarismo

paio, consultor do Instituto de Estudos Sócio Econômicos.

Em São Paulo, maior colégio eleitoral do país, houve uma renovação de 58%, pois apenas 25 dos atuais 60 parlamentares conseguiram se reeleger. O PT passou a ter 10 deputados (pelo estado só não se reelegeu o líder do partido na Câmara, Gumerindo Milhomem), dois a menos do que o PMDB que elegeu o governador. E o PDT, que não tinha nenhum representante paulista em Brasília, passou a dois. Dos reeleitos, o mais antigo é um velho cacique político: Ulysses Guimarães, que conquistou seu 11º mandato, somando 44 anos de atividade parlamentar.

Uma análise mais detalhada da futura Câmara mostra que, certamente, os debates pegarão fogo pois está marcada a polarização entre esquerda e direita, que cresceram em número de votos enquanto os partidos de centro como PSDB perdiam espaço. Figuras expressivas até agora estarão de fora, como é o caso dos pernambucanos Fernando Lyra e Cristina Tavares, do PSDB, dos pedetistas Lysâneas Maciel, Carlos Alberto Caó e Paulo Ramos, do Rio de Janeiro, ou então Domingues Leonelli, do PSB. Mas novas lideranças surgem, como os petistas Adão Preto, Paulo Alberto Paim, Aloizio Mercadante e o senador de São Paulo Eduardo Matarazzo Suplicy.

Uma outra surpresa das eleições foi o fato de muitos parlamentares considerados nota 10 pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) serem derrotados, enquanto que a maioria dos que tiraram notas abaixo de cinco — quase todos do antigo Centrão — foi reeleita. Nesta lista estão, por exemplo o empresário nota zero Francisco Diógenes (PDS-AC) e Sarney Filho (PFL-MA, nota 0,5).

**Maquiagem** — No Brasil “novo”, muitos eleitos fazem parte da velha história de adesão ao poder. Cinco ministros do governo Sarney

Na apuração das eleições da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, escrutinadores e fiscais se deparavam, a cada urna aberta, com votos inusitados, desde os dados ao jacaré da Lagoa Rodrigo de Freitas até os de Pelé e Xuxa. Mas a maioria dos anulados ia mais longe: continham palavras, críticas à política econômica do governo e ofensas a parlamentares. “Os votos nulos foram qualificados, mostraram que o país está em crise e que a população está perdendo a esperança”, diz o teólogo Leonardo Boff, assustado com os 21,49% de votos brancos e nulos para governador e 33,03% para senador, sem contar os dos deputados federais e estaduais.

O Rio de Janeiro não foi o único estado da federação com alto índice de votos brancos e nulos. Muito pelo contrário. Nenhum governador eleito conseguiu obter, em termos proporcionais, 50% dos votos do total de eleitores. No Pará, por exemplo, 29,81% dos votantes não foram às urnas e, no primeiro turno, 16,86% dos eleitores recusaram as candidaturas de Jáder Barbalho (eleito no segundo turno) e de Sahid Xerfan.

No Espírito Santo a taxa de votos não válidos chegou a 33,95%, ou seja, 62 mil a mais do que os obtidos pelo candidato do PDT Albuino Azeredo, que chegou ao governo estadual depois da eleição de 25 de novembro, ao derrotar José Inácio Ferreira, do PST.

Os analistas políticos creditaram a avalanche de votos nulos e brancos a vários fatores. O principal, e apontado por unanimidade, foi o repúdio do eleitorado para com a classe política, em especial os deputados constituintes eleitos em 1986 que, no exercício do mandato, acabaram dando cinco anos para o presidente Sarney e que estiveram envolvidos em fraudes e negociatas. Uma segunda determinante, registrada por muitos, foi a falta de educação política e o cansaço com eleições sucessivas.

“No primeiro turno houve um maior número de votos nulos e brancos do que no segundo por várias razões, uma delas, a complexidade da cédula. Se o eleitor mal sabe ler e escrever, como vai assinalar corretamente o voto em pouco tempo?”, avalia o sociólogo Paulo Sérgio Pinheiro, da Universidade de São Paulo. E ele vai mais adiante ao considerar que a carga de protesto contra a ineficiência do Congresso não é tão preocupante quanto a tendência de voto conservador. “Isso é fruto da ideologia autoritária dos últimos vinte anos e os partidos democráticos devem meditar sobre isso”.

Se no primeiro turno os votos anulados aumentaram — para a Câmara Federal eles saltaram de 15,13% em 1982 para 31,49% neste ano — no segundo turno diminuíram. A tendência foi de voto no “mal menor”, mesmo com a campanha desenvolvida por partidos de esquerda do voto nulo “consciente”.

## ESQUERDAS AUMENTAM BANCADA

“Apesar do forte sentido conservador dos resultados eleitorais, a esquerda, incluindo aí o PT, o PDT, os dois PCs e o PSB, registrou um avanço”. A opinião é do cientista social André Singer, que considera que a oposição, se quiser fazer jus a esse nome, terá de se unir no plano nacional. “Não haverá como medir forças com o governo isoladamente. A política de alianças é, portanto, item prioritário na agenda de discussões desse bloco”.

Logo depois de divulgados os resultados das eleições, os jornais passaram a analisar o desempenho do Partido dos Trabalhadores como sinal de “morte da estrela”. Contudo, o PT foi o partido que mais cresceu proporcionalmente: dobrou sua bancada federal de 16 deputados em cinco estados para 35, além da eleição do senador Eduardo Matarazzo Suplicy, de São Paulo. As bancadas estaduais também praticamente dobraram: de 39 deputados para 75, com pelo menos um representante em cada estado. Somente não se reelegeram Antero de Barros, do Mato Grosso, e Gumercindo Milhomen. “Quem votou em nós votou consciente em nosso projeto. Prova disso é que o PT foi o partido menos prejudicado pelos votos nulos e brancos. O voto na legenda do PT foi consciente”, analisa a reeleita Benedita da Silva, do Rio de Janeiro.

Outro partido de esquerda que teve bom resultado nas urnas foi o PDT, que além de eleger os governadores Leonel Brizola (RJ), Alceu Collares (RS) e Albuino Azeredo (ES), aumentou sua bancada na Câmara de 38 para 46 integrantes. A única perda das esquerdas — ou do centro-esquerda — foi a do PSDB, que após a indecisão no apoio a Lula na eleição presidencial do ano passado, ficou com a marca de parti-



Suplicy: a esquerda no Senado

do indefinido. Das suas atuais 60 cadeiras, perdeu 23 e conseguiu eleger apenas 37 parlamentares, fora o governador Ciro Gomes, do Ceará. O PSB saltou de oito para 12 deputados, o PCB manteve três e o PC do B perdeu um representante, ficando com cinco.

A representação da esquerda no Congresso será superior a 20%. As lideranças, sabendo que são minoria, prometem enfrentar os conservadores formando blocos parlamentares, formais ou não. “Esse é um desafio. Apesar da maré conservadora, a esquerda brasileira sai da eleição de 3 de outubro com possibilidades que a colocam diante de uma situação única em relação a suas congêneres latino-americanas”, analisa André Singer. Para ele, a presença dos partidos progressistas permitirá a articulação de um projeto nacional com propostas de transformação social mais ampla, e assim fazer frente ao projeto neoliberal do final do século.

(João Alves, Iris Rezende, Antonio Carlos Magalhães, Joaquim Francisco e Jáder Barbalho) elegeram-se governadores e pelo menos 11 membros da equipe sameysista voltam ao poder através do voto. Prova de que a herança do ex-presidente é forte, pois ele mesmo tornou-se pára-quedista e elegeu-se senador pelo PMDB do Amapá e forma hoje um bloco de fisiológicos que busca negociar favores antes mesmo da posse. Dos senadores eleitos neste ano, apenas nove podem ser enquadrados como oposição ao governo.

Se no Senado a oposição será difícil, na Câmara Federal começam a despontar lideranças de todos os estados que prometem reverter o quadro conservador. “Nós vamos apresentar uma proposta global para a revisão da Constituição com muito mais peso. Teremos uma bancada eficiente com identidade própria”, promete o deputado José Genoino, (PT-SP). Junto com ele estarão deputados petistas do Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina.

Nas discussões de reformulação da Constituição, terão peso os lobbies, como o do Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, que elegeu seis trabalhadores rurais. Mas não somente isso, como afirma João Pedro Stedille, da secretaria nacional do movimento: “A discussão no Congresso deixou de ser prioritária. Os governadores podem cuidar de assentamentos em seus estados e pressionar o governo federal a cumprir sua parte”. Ou então, como diz o ex-presidenciável e atual deputado federal Luís Inácio Lula da Silva: “Eleição não é tudo, é apenas uma parte do processo de democratização do país. Os movimentos populares também têm sua força que precisa ser preservada”.

Bernadete Toneto, jornalista, repórter do jornal O São Paulo.

# EVANGÉLICOS E PODER

*Perplexas, as igrejas buscam explicações para o mau desempenho dos candidatos evangélicos que não se elegeram nas últimas eleições*

Magali do Nascimento Cunha

**A**s eleições realizadas a 3 de outubro no Brasil para a Câmara Federal apresentaram, entre vários, um surpreendente resultado: a redução em cerca de 50% dos candidatos eleitos ligados a igrejas evangélicas, contrariando as expectativas e o fenômeno ocorrido nas eleições de 1986, quando foram eleitos 33 deputados que compuseram no Congresso Constituinte a chamada “bancada evangélica”. Este episódio causou perplexidade e o desafio de uma reflexão que leve ao porquê desta derrota dos evangélicos nas urnas.

## **Irmão desconfia de irmão —**

Dos 30 deputados federais que se recandidataram à Câmara, apenas 12 foram vitoriosos; 18 foram reprovados. Seis candidatos evangélicos ao primeiro mandato alcançaram votação suficiente, quando a expectativa de lideranças de igrejas e dos atuais deputados era de dobrar a bancada.

Regina Vilela

Benedita da Silva (PT-RJ) é uma dos doze deputados federais evangélicos que conseguiram se reeleger



Parece inegável que a atuação extremamente negativa da maioria dos deputados evangélicos na Constituinte deixou marcas. A sociedade brasileira acompanhou os escândalos das concessões de rádio e TV em troca de votos favoráveis ao governo federal e a rearticulação da Confederação Evangélica do Brasil com verbas públicas. Estes fatos causaram indignação nas igrejas evangélicas — em especial as históricas — que reagiram prontamente. Começava a cair por terra o princípio de que “irmão vota em irmão”. Em 3 de outubro, comprovou-se que os evangélicos, especialmente os históricos, estavam transformando sua postura, devido ao “mau testemunho” de seus “representantes” na Câmara Federal. A reação foi tão eficaz que fez com que alguns “progressistas” também sobrassem. Foi o caso de Lysâneas Maciel no Rio de Janeiro, Celso Dourado na Bahia e Lezio Sathler no Espírito Santo, dentre outros.

Estas eleições revelaram também o voto regional e corporativo como grande força. Os candidatos investiram mais nas campanhas em seus “redutos” e os eleitores procuraram votar em candidatos confiáveis, buscando-os em suas regiões. Os evangélicos que não conseguiram se reeleger, não possuíam núcleo regional, vinculação ou base própria, dependendo exclusivamente da força de seus partidos e/ou articulações nacionais.

**Força divina para eleger** — Por outro lado, um segmento dos evangélicos saiu vitorioso nestas eleições: a Igreja Universal do Reino de Deus. Investindo fortemente numa campanha junto ao eleitorado do estado do Rio de Janeiro — onde está a sede da igreja —, sua liderança conseguiu ampliar a representação na Câmara: no atual mandato havia apenas um deputado ligado a esta igreja, tendo sido eleitos para o próximo quatro novos deputados. Este poder de voto pode ser explicado pela campanha contrária à Igreja Universal do Reino de Deus, que vem sendo desenvolvida especialmente pelos meios de comunicação. Seus adeptos foram convocados a reagir às acusações, com uma demonstração de força e de confiança em sua liderança: o voto. Num culto realizado na praia de Copacabana antes das eleições, o bispo Edir Macedo — líder da igreja — afirmou que, tendo em vista a “perseguição desencadeada”, os fiéis não poderiam ficar de braços cruzados: “Vamos lutar com a força divina para levar pessoas da igreja à política”. A “bancada” da Igreja Universal adquiriu um cacife político semelhante ao de dois partidos estabelecidos há mais tempo no cenário eleitoral do Rio de Janeiro — o PL de Álvaro Valle e o PDS de Amaral Neto.

**O poder é dos evangélicos** — Estas questões ligadas ao envolvimento dos evangélicos com a política encontram suporte no vertiginoso crescimento da religiosidade evangélica, caso que não é só brasileiro, mas alcança níveis continentais. Os anos 80 revelaram impressionantes transformações nos protestantismos brasileiro e latino-americano. Enquanto as igrejas históricas mergulharam

## DEPUTADOS EVANGÉLICOS QUE COMPORÃO A NOVA CÂMARA FEDERAL

Nome	Partido	Igreja	Observação
Alberto Felipe Haddad	PRN/SP	Igreja Universal do Reino de Deus	1º mandato
Aldir Cabral	PTB/RJ	Igreja Universal do Reino de Deus	1º mandato
Arolde de Oliveira	PFL/RJ	Igreja Batista	reeleito
Benedita da Silva	PT/RJ	Assembléia de Deus	reeleita
Benedito Domingos	PTR/DF	Assembléia de Deus	1º mandato
Costa Ferreira	PFL/MA	Assembléia de Deus	reeleito
Eraldo Tinoco	PFL/BA	Igreja Batista	reeleito
Fausto Rocha	PRN/SP	Igreja Batista	reeleito
Francisco Silva	PDC/RJ	Congregação Cristã do Brasil	1º mandato
João de Deus	PDS/RS	Assembléia de Deus	reeleito
Manuel Moreira	PMDB/SP	Assembléia de Deus	reeleito
Mario de Oliveira	PRN/MG	Igreja do Evangelho Quadrangular	reeleito
Matheus Iensen	PTB/PR	Assembléia de Deus	reeleito
Naphtali Alves	PMDB/GO	Igreja Cristã Evangélica	reeleito
Odenir Laprovita	PMDB/RJ	Igreja Universal do Reino de Deus	1º mandato
Salatiel Carvalho	PFL/PE	Assembléia de Deus	reeleito
Waldenor Guedes	PTB/AP	Assembléia de Deus	1º mandato

Deputado evangélico eleito para o Senado: Levy Dias, PST/MS, Igreja Presbiteriana Independente

Fontes: Inesc, Diap e *Gazeta Mercantil*

numa profunda crise, buscando soluções para sua estagnação, um fenômeno causou alarme: o forte crescimento dos grupos pentecostais autônomos ou carismáticos avivalistas.

### Pensando o presente e o futuro

— Os anos 90 apontam para uma alteração profunda nas expressões religiosas latino-americanas, passando pelo fortalecimento dos grupos pentecostais e por uma revisão da catequese e práticas pastorais católicas. Por trás de todos os projetos e ênfases estão diferentes compreensões da tarefa evangelizadora da Igreja, que se utilizam de diversos meios de atuação, seja na política partidária, na organização de comunidades ou em práticas sociais. Entre os desafios lançados está o de se aprofundar uma reflexão que busque compreender esta conjuntura e possibilite novos caminhos para o protestantismo latino-americano.

Magali do Nascimento Cunha é jornalista e integrante do Programa de Assessoria à Pastoral do CIDI (Texto produzido a partir de reflexões desenvolvidas pelo Programa avaliando as eleições-90 no Brasil).

## DEPUTADOS FEDERAIS EVANGÉLICOS QUE NÃO SE REELEGERAM

Nome	Partido	Igreja
Antônio de Jesus	PMDB/GO	Assembléia de Deus
Daso Coimbra	PRN/RJ	Igreja Congregacional
Celso Dourado	PSDB/BA	Igreja Presbiteriana
Edésio Frias	PDT/RJ	Igreja Batista
Eliel Rodrigues	PMDB/PA	Assembléia de Deus
Eunice Michilles	PDC/AM	Igreja Adventista
Gidel Dantas	PDC/CE	Assembléia de Deus
Jayme Paliarin	PTB/SP	Igreja do Evangelho Quadrangular
José Fernandes	PST/AM	Assembléia de Deus
José Viana	PL/RN	Assembléia de Deus
Lézio Sathler	PSDB/ES	Igreja Presbiteriana
Lysâneas Maciel	PDT/RJ	Igreja Cristã de Confissão Reformada
Milton Barbosa	PFL/BA	Assembléia de Deus
Nelson Aguiar	PDT/ES	Igreja Batista
Orlando Pacheco	PFL/SC	Assembléia de Deus
Roberto Augusto Lopes	PTB/RJ	Igreja Universal do Reino de Deus
Roberto Vital	PRN/MG	Igreja Batista Renovada
Sotero Cunha	PDC/RJ	Assembléia de Deus

Concorreu a governador: Rubem Branquinho, PL/AC, Igreja Presbiteriana

Fontes: Inesc, Diap e *Gazeta Mercantil*

# O VOTO COMO DIREITO UNIVERSAL

*Em um intervalo de dez meses, a apatia substituiu a mobilização do eleitorado.*

*É preciso fortalecer o processo democrático*

Cecília Marton



Emir Sader

**M**enos de um ano depois das eleições que mais mobilizaram o povo brasileiro, o eleitorado voltou às urnas com uma apatia e uma moderação surpreendentes à luz do que havia acontecido dez meses antes. É certo que é necessário relativizar a fotografia que o processo eleitoral evidencia, quando sabemos que fatores o condicionam e em que condições aleatórias são feitas as opções de uma parte não desprezível do eleitorado. Mas tomando os resultados eleitorais como termômetro da vontade política dos cidadãos, é possível fazer um certo diagnóstico de sua significação.

Qualquer interpretação linear tem dificuldades para encontrar confirmação, porque houve votos para todos os gostos. Em todo caso, é possível reter algumas influências marcantes:

1. A desmoralização do voto como instrumento de expressão da vontade política das pessoas se revelou nos votos em brancos, nos nulos e nas abstenções. Mesmo se seu montante geral foi menor do que o ressaltado inicialmente por aqueles, como o governo Collor, que desejam debilitar o Congresso, fica claro que o fato de um presidente dirigir o país por meio de medidas provisórias, sem tomar conhecimento do legislativo,

é uma das causas da pouca importância que continua a ser atribuída ao voto proporcional. Depois de alternativas distintas colocadas diante dos eleitores nas eleições presidenciais da expectativa de que a decisão popular fosse refletida no governo, poucos meses de governo Collor foram suficientes para demonstrar que a campanha eleitoral é feita para ganhar votos, de posse dos quais o eleito faz o que bem entende. Pode, por exemplo, propor um projeto de mudança e renovação e colocar em prática, bem ao estilo *bonapartista*, uma redefinição do velho, com apoios indistintamente antigos.

2. Diante da perda de esperança na proposta de políticos e políticas novas, houve uma enxurrada de retorno de conspícuos personagens do período ditatorial e do governo Sarney. Com a ausência do grande personagem a ser julgado — o presidente Collor, que tratou, pelo menos no primeiro turno, de situar-se fora de qualquer julgamento, não participando diretamente de campanhas nos estados —, as eleições ganharam feições locais e, portanto, favoreceram o tom administrativo que assumiram. Assim, aqueles que já haviam governado puderam — contando com o esquecimento popular sobre seus governos reais — fazer propaganda das obras que teriam feito e das que poderiam voltar a fazer, ajudando a despolitizar a campanha. Por outro lado, a desconfiança em relação a um novo que prometia uma coisa e fazia outra, favoreceu a opção pelo diabo velho em lugar do diabo novo.

3. A estratégia de Brizola e do PSDB, de conquistar governos estaduais para estabelecer uma correlação de forças desfavorável a Collor, falhou totalmente, em particular pelo péssimo desempenho dos tuca-

nos. Confirmou-se a análise do PT de que o buraco é muito mais embaixo ou, em outras palavras, que somente uma estratégia que permita politizar e incentivar a organização das amplas camadas populares que ainda são instrumentalizadas pelas elites é que pode permitir uma alteração profunda na correlação de forças políticas do país. Daí a aposta na construção a médio prazo de uma força e de uma linha política alternativas a partir do governo paralelo.

4. No entanto, o PT não soube administrar a responsabilidade que o segundo turno presidencial lhe outorgara, a de haver construído por seus próprios méritos a mais ampla frente de esquerda no país. O partido de Lula retomou sua linha estratégica de acumulação de forças gradual e definição de um perfil próprio — para o que o primeiro turno se adapta perfeitamente — deixando as outras forças órfãs de uma liderança e uma linha que competiam ao PT.

5. A esquerda — configurada no PT e no PDT — cresceu, indo de 72 para 102 deputados federais, uma expansão que, no entanto, poderia ter sido maior se ela se tivesse apresentado ao país como alternativa ao nacional. O PDT elevou seus deputados de 38 para 47, embora sua bancada contenha parlamentares não necessariamente afinados com a linha do partido, pelas alianças fisiológicas em estados como, por exemplo, a Paraíba. O PT, tendo um desempenho decepcionante nas eleições majoritárias, demonstrou a força ideológica do partido nos votos de legenda. Seu crescimento de 17 para 35 deputados, incluindo uma substancial representação de líderes sindicais e fazendo chegar ao Congresso Nacional uma bancada de três líderes dos sem terra, traduz a ainda lenta mas já desenhada transformação social da política brasileira.

6. Essas eleições reforçaram, por outro lado, debilidades do processo democrático brasileiro que já haviam

despontado nas presidenciais, agudizadas agora pelo voto local. Para ajudar a configurar opções ideológicas reais, o voto por legenda e, dentro desta, por lista elaborada pelas convenções dos partidos, se faz indispensável. Além disso, uma combinação do voto distrital com o proporcional pode permitir uma representação mais vinculada às lutas locais, combinada com aquelas ligadas à esfera pública. Em terceiro lugar, o voto obrigatório possibilita uma expressão pouco real da vontade política efetiva da população. Os partidos não estão obrigados a buscar o voto do eleitor, a começar pelo convencimento da necessidade do voto. Uma massa amorfa, manipulada pelas máquinas governamentais e pelos caciques locais, conquistada em troca de favores, pode ver sua influência diminuída se o *direito* de voto deixar de se transformar ao mesmo tempo em *dever*.

7. Por último, houve quem — como o sociólogo Leôncio Martins Rodrigues — se apressasse em definir como positiva a proporção dos votos nulos e brancos e de abstenções, tomando como critério essa mesma proporção em países do hemisfério Norte, possivelmente os EUA, como referência principal. Temos nesse caso um modelo avançado de “democracia restringida” (como pregavam os teóricos da Comissão Trilateral, para quem a democracia se tornaria inviável se todos estivessem integrados e reivindicando em uma economia capitalista incapaz de dar conta disso), no qual 50% da população — incluindo seus setores mais pobres e marginalizados — não votam, se abstêm de exercer o direito de cidadania. A obrigatoriedade do voto não seria remédio para superar essa situação, como se vê pelo próprio Brasil, onde cresce a apatia eleitoral, apesar do voto obrigatório. Mas teorizar como demonstração da estabilidade e maturidade da democracia essa apatia é transformar em virtude uma das maiores debilidades —

## *Para evitar as ditaduras política e econômica é preciso democratizar o voto*

segundo o ponto de vista da teoria democrática, que tem em Norberto Bobbio e Moses Finley dois de seus maiores expoentes — das democracias realmente existentes no mundo de hoje.

Quando o direito de voto está garantido para quase todos, o caminho da democratização aponta na direção de generalizar os espaços submetidos ao voto. Conforme Bobbio, trata-se de fazê-lo chegar a todos os recônditos da sociedade — as empresas, as Forças Armadas, as igrejas, a burocracia — para impedir que uma democracia política possa conviver com a ditadura social — como é precisamente o nosso caso.

Emir Sader é professor de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP).

Cecília Marton



*As eleições reforçaram as debilidades que já haviam despontado no ano passado*

# SEGUNDO TURNO FORJA OPOSIÇÕES FISIOLÓGICAS

*O segundo turno trouxe de volta os fantasmas da oposição fisiológica. Ao governo Collor só resta o entendimento com os vitoriosos*

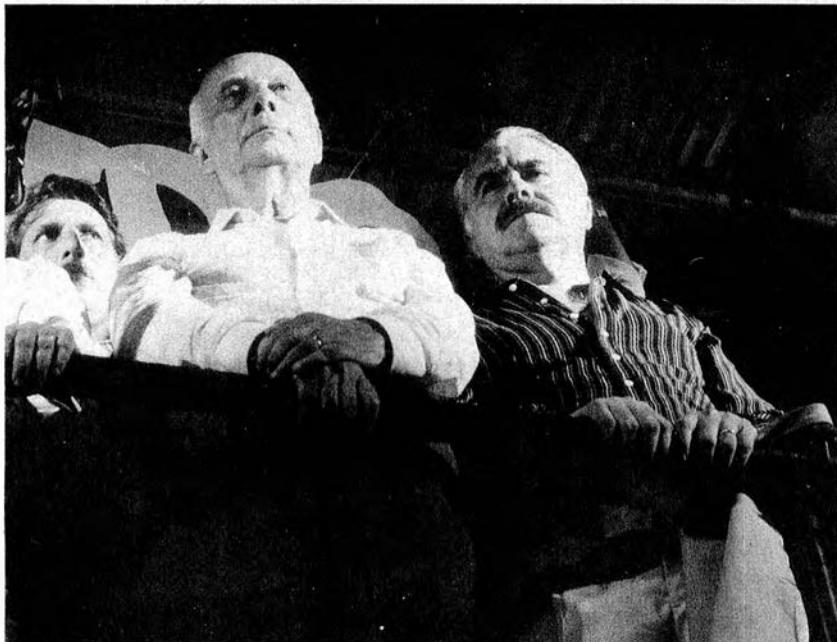
Márcio Santilli

**O**s resultados do segundo turno das eleições para os governos estaduais trarão novas dificuldades políticas para o governo Collor. O insucesso do PT, pólo principal das oposições desde as eleições presidenciais, é um falso consolo para o Planalto. Apuradas as urnas, novos fantasmas passaram a ocupar os espaços mais estratégicos do mapa político do Brasil. Além do fortalecimento de Brizola, assistimos ao ressurgimento de forças incômodas, capazes de fermentar as pressões fisiológicas

que já fustigavam o governo federal antes mesmo do 25 de novembro.

Os candidatos mais colloridos perderam em todos os estados do sul (exceto Santa Catarina) e do sudeste, onde se concentram 87 milhões de brasileiros. O retorno de Hélio Garcia ao governo de Minas Gerais, as vitórias do PMDB em São Paulo e Paraná, e as do PDT no Rio Grande do Sul e Espírito Santo (além do Rio de Janeiro), povoaram precocemente o cenário da sucessão presidencial de 1994.

Cecília Marton



O ex-presidente José Sarney, eleito senador pelo PMDB do Amapá, e Ulysses Guimarães são exemplos do tipo de oposição que chega ao poder

O maior problema de Collor passou a chamar-se Orestes Quércia. Ao garantir a vitória do inexpressivo Fleury em São Paulo, Quércia sacramentou definitivamente o seu domínio sobre o PMDB. E este não se saiu nada mal, elegendo a maioria relativa do novo Congresso Nacional, além de sete governadores de estados que somam 57 milhões de habitantes.

Quércia é um especialista no jogo político intra-máquina (administrativa ou partidária) e incomodará em qualquer hipótese. Poderá engolir o governo por dentro, como fez com Montoro. Poderá chantageá-lo permanentemente, como fez com Sarney. E poderá engrossar o coro dos descontentes se não for densamente contemplado pelo governo federal ou, simplesmente, se julgar ser este o melhor caminho para a sua candidatura presidencial.

Há, também, um considerável rol de chefes de províncias com poderes para fustigar o governo central. A começar pelo imortal Sarney que, após a bem sucedida manobra para eleger-se senador pelo Amapá, faturou agora com a vitória de Lobão para o governo do Maranhão. Sarney controlará uma bancada parlamentar significativa e terá influência em áreas do PFL e do PMDB.

Outro destes será Hélio Garcia, que derrotou o PRN e governará 18 milhões de pessoas. Tem cacife para cobrar de Collor "os direitos de Minas Gerais" e poderá influir nas próximas eleições presidenciais.

Com tantas feras soltas, acabará se valorizando também o PFL, visceralmente governista, que saiu das elei-

## *Sem maioria no Congresso e nos governos estaduais, o Planalto terá de se abrir ao diálogo*

ções esfomeado e bem sucedido, detentor da segunda maior bancada parlamentar e dos governos de oito estados, onde vivem 33,5 milhões de pessoas.

O Planalto deve saber que qualquer conta que resulte em maioria no Congresso Nacional tem que passar pelo apoio dos chefes de províncias. Sem Quércia, Sarney, Garcia e outros, não haverá maioria. Já acusado pelo Ministério Público, Poder Judiciário, credores, empresários e trabalhadores, Collor terá que se entender com o novo Congresso e com os vitoriosos em consulta mais recente à fonte de legitimidade popular. Será muito difícil sustentar política-

mente o seu governo através da interlocução direta (pela mídia) com os descamisados. Collor será tolerado nos momentos de alta e sabotado nas situações de crise. As urnas de 1990 acabaram com o seu poder imperial e colocaram o seu governo sob a ameaça iminente de “sarneyzação”.

Esse quadro político abre boas perspectivas para a atuação das forças mais à esquerda. A candidatura de Brizola saiu fortalecida das eleições, com outra vitória esmagadora no Rio de Janeiro e a conquista pelo PDT dos governos do Rio Grande do Sul e Espírito Santo, que somam 25,5 milhões de habitantes. O PDT também fincou cunhas em vários outros estados (Santa Catarina, Bahia, Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Norte) através de alianças recentes à esquerda e à direita do brizolismo. Poderá tornar-se um partido nacional e consolidar sua condição de interlocutor privilegiado junto à Social Democracia.

O PT perdeu espaço em relação às eleições presidenciais. Disputou o segundo turno somente no Acre e

Cecília Marton

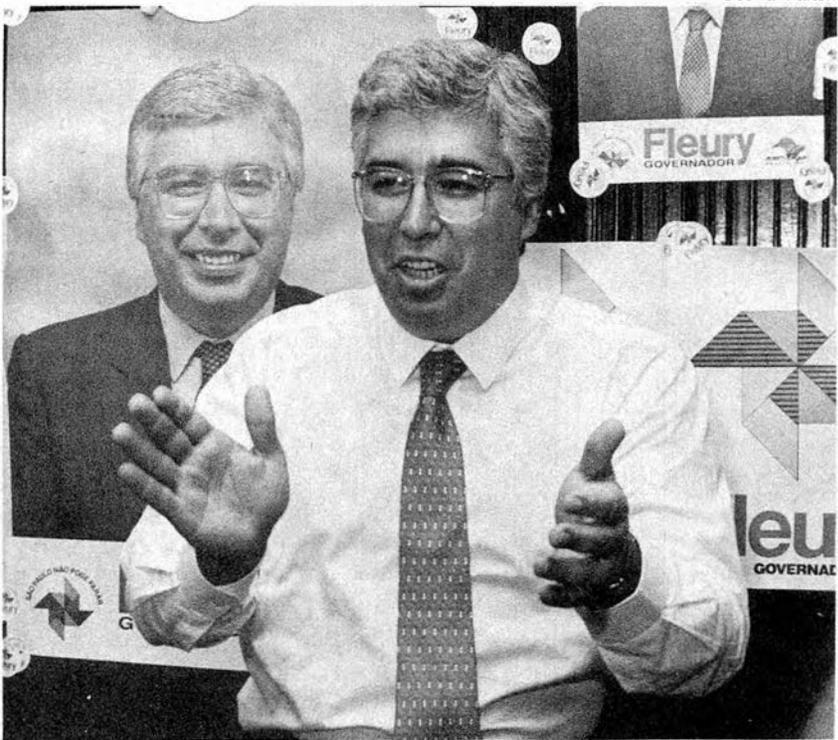
Amapá. Não conseguiu ampliar as suas alianças e ainda se ressentido dos desgastes em algumas administrações municipais. Porém, duplicou a sua bancada parlamentar e chegou ao Senado com a vitória de Suplicy em São Paulo.

O PSDB desapontou e não conseguiu disputar ou influir no segundo turno dos estados mais importantes, exceto o Rio Grande do Sul, onde elegeu o vice de Collares. Mantendo apenas o governo do Ceará, o PSDB não terá condições de tomar do PMDB a desejada posição de fiel da balança do jogo institucional. Sua bancada parlamentar ficou reduzida à metade e terá uma composição mais conservadora.

Se o PDT, PT e PSDB, apoiados pelos demais partidos de esquerda, pudessem formular uma agenda comum para enfrentar os dilemas políticos de curto prazo — recessão, “sarneyzação”, parlamentarismo, reforma constitucional —, poderiam obter vitórias políticas importantes na conjuntura moveidinha que se delineia a partir dessas eleições. Suas forças são potencialmente complementares no atual desenho político e social do Brasil. E no âmbito do Congresso, até mesmo divididas, poderão influir muito mais do que a sua mera expressão quantitativa, como é de tradição.

Cercado por vários lados, Collor não poderá fechar os olhos às esquerdas. Delas poderão surgir contundentes catalisadores políticos da crescente miséria social. E, por incrível que pareça, delas dependerão as medidas de avanço ou de modernização que porventura o seu governo ainda pretenda implementar. Para eventualmente jogar no campo das esquerdas, Collor também terá — até mais do que no outro — que abrir mão das suas posturas imperiais.

## *As urnas acabaram com o poder imperial de Collor. É hora das esquerdas mostrarem força*



Luís Antonio Fleury Filho sucederá Orestes Quércia no governo paulista. No final das eleições, sobraram pedras no caminho do governo Collor

Márcio Santilli é integrante do Núcleo de Direitos Indígenas e membro do Conselho Editorial de *Tempo e Presença*.

ALOIZIO MERCADANTE

# O PROJETO ALTERNATIVO DE SOCIEDADE PASSA PELA DISPUTA PARLAMENTAR

*O economista Aloizio Mercadante, deputado federal do PT, com 119.762 votos, considera que a grande quantidade de votos nulos e brancos nas últimas eleições foi um sinal da crise de representação política do Congresso Nacional. “Temos de iniciar o mandato com uma frente parlamentar de moralização”, diz. Como sinal de crise ele aponta a falência do Plano Collor, “em estado terminal”, fruto de um modelo neoliberal que privilegia os poderosos. Ex-assessor da CUT e da campanha presidencial de Lula, Aloizio Mercadante não pretende ficar só nas críticas e, sim, aplicar seu conhecimento acadêmico e popular na elaboração de um projeto de desenvolvimento alternativo para o país, “que parece um espelho partido”*

Entrevista a Jether Pereira Ramalho

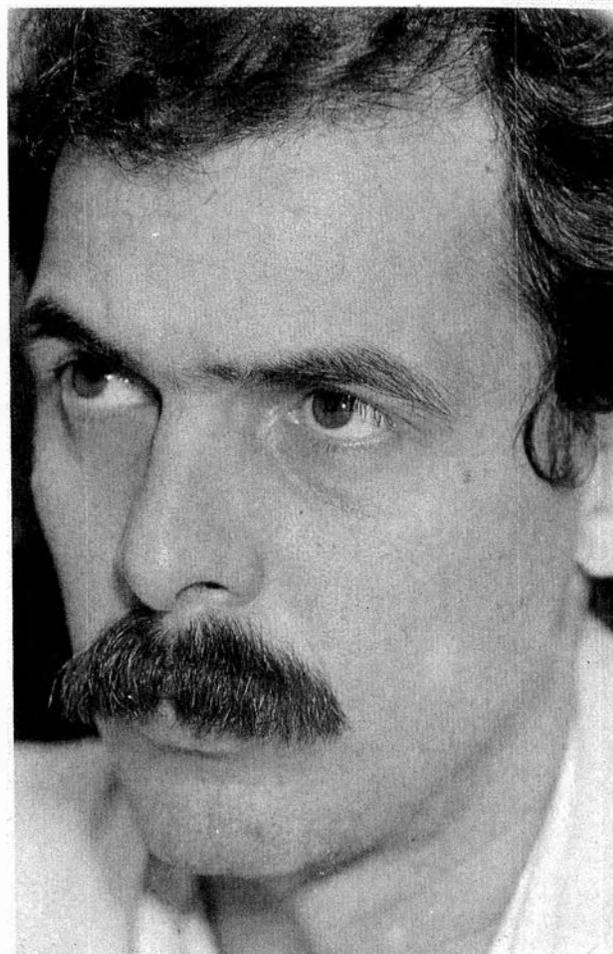
**TP — Por que você optou pela via parlamentar para exercer sua atividade política principal?**

**Aloizio —** O fato de eu ter me tornado deputado federal é parte de minha trajetória política. Toda minha geração teve de sair dos bancos das escolas para lutar contra o regime militar e pelas liberdades democráticas. A partir dessa experiência eu continuei nas universidades, ligado às questões da educação, do saber. E, paralelamente, sempre tive atuação na assessoria ao movimento popular, sindical, principalmente através do CEDI, por 14 anos. Esses dois movimentos, a ciência aliada à luta concreta, me levaram a assessorar por sete anos a CUT. E, como assessor da campanha presidencial do Lula, posso dizer que vi de perto a cara do Brasil. Acho que a forma de contribuir para um desenvolvimento alternativo para a sociedade brasileira passa hoje pela disputa política no campo parlamentar.

**TP — Qual é a importância do Congresso Nacional hoje?**

**Aloizio —** Para mim o Congresso Nacional é hoje um fórum importante para o debate da sociedade brasileira, tem responsabilidades, vota as medidas de políticas econômicas e sociais. Por isso é importante economistas estarem lá apresentando proposições, projetos.

Fotos: Parizotti



Além disso, o Congresso vai fazer a reforma da constituição e, portanto, é um instrumento importante de debate de uma nova ordem institucional, que pode ampliar os direitos coletivos e os espaços de organização popular.

**TP — Como fazer a ponte entre o Congresso Nacional, debilitado nas urnas, e a sociedade civil?**

**Aloizio —** Há uma crise de representação política pois parte importante da população não reconhece nas instituições um espaço de defesa de seus interesses. Essa é uma grande questão para o Congresso Nacional. Ele não tem ampla representação na sociedade e não terá enquanto não houver um processo de moralização.

*O Congresso não tem ampla representação na sociedade. E não vai ter enquanto não houver um processo de moralização. Ele tem de se debruçar sobre a crise e pensar alternativas de retomada de crescimento*



Nós tínhamos de iniciar nosso mandato com uma frente pela moralização e reforma, eliminar mordomias, desperdícios, mecanismos inaceitáveis de exercício parlamentar. E, de outro lado, o Congresso tem que se debruçar sobre a crise e encarar de frente o subdesenvolvimento, pensar alternativas de retomada de crescimento. Se não fizer isso, ele não vai honrar a expectativa daqueles que ainda se dispõem a votar e ficará à mercê dos votos de interesses específicos, corporativos, que são majoritários.

*TP — Dentro da luta parlamentar, onde muitos interesses estão em jogo, quais serão as suas prioridades como deputado?*

*Aloizio —* Existem alguns pontos centrais. O primeiro é o debate da política econômica, criar mecanismos de controle sobre o Estado que permitam participação ativa da sociedade civil. Além da democratização, estabelecer uma política econômica que aponte para um projeto de desenvolvimento, de crescimento, com distribuição de renda e melhoria de condições de vida do povo.

*TP — Em que implicaria esse desenvolvimento econômico?*

*Aloizio —* Esse é um segundo ponto, a relação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Neste final de século, acredito que essa é uma questão fundamental. Nós temos de lançar um projeto de desenvolvimento que seja sustentável ao longo do tempo e que, portanto, preserve os recursos naturais estratégicos. E um terceiro ponto é a questão da cultura, pois não vamos encontrar um projeto alternativo que não passe pelo estímulo, pelo resgate dos processos culturais de nossa identidade e história como sociedade.

*O Plano Collor é um paciente terminal que não emplaca 91. A política de combate à inflação atende às exigências do FMI e vai jogar o Brasil em uma profunda recessão, com graves consequências sociais e econômicas*

*TP — Você falou que vai discutir as alternativas econômicas. Qual sua avaliação da política econômica do governo Collor?*

*Aloizio —* O Plano Collor é um paciente terminal que não emplaca o ano de 91. E é um paciente terminal que fracassou em seu objetivo de combater a inflação com algum nível de crescimento e, principalmente, sem promover mudanças profundas na sociedade brasileira. A inflação já está em 17% e vai continuar em aceleração. E o mais grave é que isso foi feito arrojando os salários, confiscando a poupança, com o discurso de que serviria ao bem público quando, na verdade, está servindo aos interesses dos poderosos.

*TP — A renegociação da dívida externa desempenha qual papel nesta crise?*

*Aloizio —* O governo anunciou uma proposta de renegociação da dívida externa, louvável em alguns aspectos, mas recuou rapidamente, está voltando às formas tradicionais. Portanto, hoje a política de combate à inflação é ortodoxa, nos moldes do exigido pelo Fundo Monetário Internacional e vai jogar o Brasil, no ano de 91, em uma recessão profunda, com consequências sociais e econômicas graves.

*TP — Como você define o projeto de governo do presidente Collor?*

*Aloizio —* Collor tem um projeto de governo que aponta para o reordenamento do capitalismo brasileiro, inspirado nos valores do projeto neoliberal, ou seja, a idéia de que o mercado por si só organiza a nação. Nós não acreditamos nisso. No mercado, por exemplo, a prostituição tem valor, o amor não tem. Uma sociedade não pode se organizar somente a partir das forças de mercado e sim a partir de projetos, metas, da relação entre ética, economia e política, numa utopia.

*TP — Uma das palavras que mais se ouve hoje é entendimento nacional, apelo à brasilidade. Como você vê essa proposta de um pacto social para tirar o país da crise?*

*Aloizio —* Sou absolutamente contra a idéia de unanimidade nacional. Nossa sociedade é marcada por interesses conflitantes. Mas, por outro lado, acho importante que a gente combata essa postura autoritária do governo em querer governar com medidas provisórias, impor sua vontade política ferindo a Constituição, sem negociar com a sociedade civil.

Eu vejo com muita simpatia o fato de a CUT estar participando, encaminhando suas reivindicações, defendendo de forma intransigente os interesses dos trabalhadores.

*TP — Esse processo de negociação pode levar ao entendimento?*

*Aloizio —* Pode levar ao entendimento ou não. A princípio não existe entendimento, muito menos a perspectiva de um pacto. Mas no processo é possível chegar a um acordo comum a partir de interesses definidos. O fato de a CUT participar não significa adesão ao programa do governo, significa abrir espaço de negociação em defesa dos interesses dos trabalhadores. E outros setores da população devem caminhar nessa direção.

*TP — Isso significa que é preciso passar da fase de denúncias para a fase de propostas?*

*Aloizio —* Esse é o grande desafio. A oposição não pode mais ter o protesto como proposta. É papel da oposição fiscalizar, denunciar, criticar, negar, mas ela também tem de afirmar, ter uma postura alternativa em relação aos problemas da sociedade. Se não associar críticas a soluções, a oposição não terá condições de governar, de disputar no cotidiano da luta política uma alternativa global para a sociedade. Esse é um desafio também para o PT; a campanha do Lula foi um esforço nessa direção. E isso atinge a sociedade brasileira como um todo.

*TP — Isso vale para quais setores da sociedade?*

*Aloizio —* Para as organizações não-governamentais como um todo. Elas têm de sair da fase da resistência, que foi muito importante na luta contra o regime militar, contra uma transição conservadora e agora ao programa neoliberal. Elas têm de contribuir para que o movimento popular seja um novo instrumento de distribuição de renda e possa ir além das reivindicações imediatas, corporativas. Isso significa dar um salto de qualidade. Os setores populares, trabalhadores, movimento sindical, universidades, partidos comprometidos, as Igrejas têm de se transformar, porque senão serão incapazes de promover mudanças na sociedade.

*TP — Como você vê a possibilidade de união das esquerdas?*

*Aloizio —* A diversidade política nos partidos não é um problema, é uma solução. Uma sociedade de massa como a brasileira, com tantas diversidades regionais e sociais, tem de se expressar politicamente através de diversos partidos, correntes, tendências políticas e ideológicas. Eu acho que democracia é exatamente isso, diversidade e pluralismo. Agora, eu vejo possibilidades concretas das esquerdas se unirem a partir de objetivos comuns. A oposição ao neoliberalismo e a intervenção no processo de reforma da Constituição vão permitir uma ampla frente de atuação das esquerdas, assim como a eleição de alguns poderes municipais e governos

*Se não associar críticas a soluções, a oposição não terá condições de governar. E as organizações não governamentais têm um papel a desempenhar: contribuir para um novo instrumento de distribuição de renda no país*

de Estado. Eu acho que se tem de avançar nessa direção, pois sem aliança política não há alternativa de poder dentro da sociedade.

*TP — Estão surgindo novas bandeiras de luta no país. Quais, dentre elas, você acha mais significativa?*

*Aloizio —* Primeiro, acho que deveríamos nos debruçar sobre a questão ambiental, a ecologia que não seja esse modismo e tampouco o consumo simbólico de setores de classe média, mas que seja daqueles que produzem a riqueza da sociedade. A segunda luta da sociedade brasileira é superar o autoritarismo que marca a ação do Estado e as relações sociais em geral. Eu estou lançando algumas propostas. Uma, por exemplo, é o projeto do aquário, ou seja, o governo, quando acabar sua gestão, será obrigado a colocar toda sua documentação à disposição da sociedade civil, da imprensa e do Congresso Nacional. Vai haver transparência da administração pública e condições de debater e fiscalizar.

*TP — Isso já existe em outros países?*

*Aloizio —* Existe, assim como uma outra iniciativa parlamentar que vou encaminhar, referente à democratização da política econômica. Collor teria de fazer como nos EUA, toda medida provisória tem de ser explicada no Congresso, ou seja, as pessoas têm o direito de entender o que é decidido com a economia. A informação, hoje, é poder, e se a sociedade tiver acesso à informação, terá como controlar o poder do Estado. Nós temos condições de transformar a sociedade na direção de uma realidade mais justa, fraterna, igualitária. Os valores que inspiraram a luta pelo socialismo estão presentes tanto hoje como antes. Mas só se realizarão quando formos capazes de assumir a democracia como valor universal.



*Entre as novas bandeiras de luta da sociedade estão a luta contra o autoritarismo do Estado e a defesa da ecologia, que não é o consumo simbólico da classe média e sim a preservação dos que produzem a riqueza da nação*

# O PAPEL DO GOVERNO NO TEATRO DA NEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA

*Em um jogo de cena, o governo promete aos credores impossíveis pagamentos da dívida externa, usando a entrega do patrimônio público*

Paulo Davidoff Cruz

**A** grande imprensa, analistas econômicos, lideranças políticas e outras mais, não pouparam elogios à proposta de negociação da dívida externa anunciada, recentemente, pelo governo brasileiro. Economistas ditos progressistas, com acesso aos meios de comunicação, viram enormes virtudes na posição assumida pelo governo Collor no front externo. Os qualificativos — inovadora, criativa, audaciosa etc. — dão uma boa medida das repercussões da iniciativa governamental. Há razões para tamanha euforia? Do nosso ponto de vista, não.

Lembrando que uma proposta é, antes de tudo, apenas um momento em um processo de negociação que, em geral, esconde os verdadeiros propósitos dos negociadores, recapitulamos os principais pontos explicitados aos credores privados internacionais:

— transformação dos papéis velhos da dívida — emitidos ou assumidos (estatizados) pelo setor público — em papéis novos (bônus com prazos variáveis de vencimento). Capitalização dos juros em atraso, com igual transformação em títulos novos.

— fluxo anual de pagamentos por conta dos novos papéis (princi-

pal e juros) sujeito a teto resultante da restrição orçamentária do setor público e a leilões com deságios.

— os novos títulos são reconhecidos como instrumentos legítimos para participação no programa nacional de privatização e,

— a proposta refere-se à parte da dívida pública de médio e longo prazos devida aos bancos privados. Estão excluídos: 1) a dívida de curto prazo; 2) os débitos junto a instituições governamentais (Clube de Paris) e a instituições internacionais (FMI, Bird, etc) e 3) dívida do setor privado. As parcelas relativas aos itens 1 e 2 são objetos de encaminhamentos específicos, enquanto a dívida do setor privado será honrada segundo as cláusulas contratuais originais.

O primeiro comentário a fazer é que tal proposta, por paradoxal que possa parecer, representa um recuo em relação à situação atual. É de se recordar, a respeito, que o gover-



## RETRATO DE UMA DÉCADA MEDÍOCRE

no Sarney, após idas e vindas, e sob a tutela de seu ministro da Fazenda, mais bem comportado, mais ortodoxo, mais cioso dos interesses dos bancos internacionais, simplesmente suspendeu todo e qualquer pagamento aos bancos privados internacionais. Desde meados de 1989, o governo brasileiro deixou de pagar os juros devidos a tais bancos, promovendo uma moratória não declarada que perdura até hoje.

Longe de um possível “ranço nacionalista”, tal suspensão significou, unicamente, o reconhecimento governamental de que o país não tinha como continuar a realizar tais pagamentos. O contexto inflacionário e a posição cambial crítica vividos pelo país determinaram a paralisação das remessas para o exterior.

Ora, deixando de lado as formas específicas, “criativas e audaciosas”, o que vemos na atual proposta é, antes de tudo, a intenção de retomada parcial dos pagamentos internacionais, num quadro macroeconômico de total impossibilidade de realizá-los. A proposta contempla pagamentos, via leilões, submetidos à capacidade fiscal do governo. O primeiro problema resulta, no entanto, do próprio conceito de capacidade de pagamentos. Qual será a capacidade de pagamento em 1991, 1992 etc? A resposta não é unívoca, pois essa não é uma grandeza fixa, dada, mas, pelo contrário, é elástica, podendo assumir diferentes valores.

Na verdade, é produto de um conjunto imenso de determinações, tais como: a) carga fiscal: o governo pretende ampliá-la, realizando a tão propalada reforma fiscal? de qual magnitude e sobre quem recairá? b) arrocho do funcionalismo: até quando será mantida a atual política de drástico arrocho sobre o conjunto dos trabalhadores do setor público?, c) gastos públicos: o que pretende o governo Collor em relação às espantosas carências sociais e de infraestrutura, que demandam substantivos investimentos públicos?; d) credores inter-

Após um governo militar e outro civil, recessões promovidas pelos ex-presidentes João Figueiredo e José Sarney e inflação acumulada de 37.000.000%, o Brasil fecha a década de 80 com dados alarmantes: em dez anos a concentração de renda penalizou os 10% mais pobres da população, que em 1989 detiveram apenas 0,6% da renda nacional, contra os 0,9% de 1981. Enquanto isso, os 1% mais ricos ficaram com 17,3% do bolo dos salários. Os índices fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, juntos, compõem o perfil dos chamados “anos medíocres”.

Segundo o PNAD, 53,2% da renda do país estão nas mãos de apenas 10% da população, dentre elas 650 mil pessoas que detêm 17,3% da massa de salários. Apesar de o rendimento médio dos brasileiros ter crescido 34,38% entre 1981 e 1989, o PNAD revela que, no ano passado, 48,6% dos trabalhadores recebiam até dois salários mínimos por mês. De acordo com a pesquisa, em

1989 exatos 80% da população economicamente ativa, com mais de 10 anos de trabalho remunerado, ficaram com apenas 9,6% da renda nacional dos salários.

A pesquisa do IBGE mostra que, no ano passado, o Brasil tinha 144.293.110 habitantes, 76,1% com até 39 anos de idade e 74,3% vivendo em centros urbanos. A participação das mulheres na população cresceu 0,5% em dez anos (são 2,7 milhões a mais do que os homens), assim como sua entrada no mercado de trabalho (35,2%). Os salários, contudo, continuam inferiores aos dos homens. Hoje, 20% das mulheres são chefes de família, enquanto em 1981 apenas 17% cumpriam esse papel. Entre as consequências dessa mudança, há a diminuição do tamanho das famílias, que baixou de 4,3% no início da década para 3,9% pessoas no ano passado. Apesar de constatar a diminuição dos índices de analfabetismo, o PNAD revela: 41,3% da população nacional não ultrapassam três anos de escola e apenas 24,3% terminam o primeiro grau ou continuam a estudar.



nos: quais as iniciativas governamentais quanto aos credores internos, notadamente em relação aos pequenos e médios poupadores que tiveram suas contas bloqueadas? e) quais os rumos da política monetária, do financiamento líquido do governo, da política cambial, das finanças dos estados e municípios etc. etc...? Há, na verdade, um enorme leque de questões envolvidas na determinação da capacidade real de pagamento do governo.

Visto dessa forma, não é difícil perceber que a capacidade de pagamento depende crucialmente das políticas fiscal, salarial, monetária, cambial etc. E, aqui convém lembrar de um personagem que, momentaneamente, está fora do foco principal: o FMI. Como se sabe, o governo encaminhou uma carta de intenções àquele organismo, onde são detalhadas

as metas a serem alcançadas, tanto no tocante ao setor externo, quanto em relação ao desempenho do setor público. Isto significa que as variáveis chaves na determinação da capacidade de pagamento ficarão submetidas a uma orientação ortodoxa monitorada pelo Fundo Monetário Internacional. É a velha história da raposa...

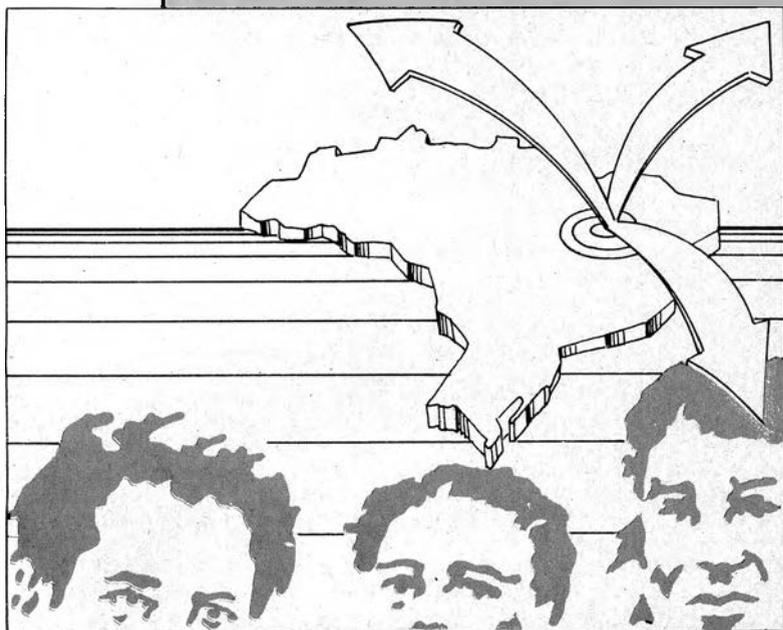
Argumenta-se, ainda, que a proposta tem o mérito de introduzir um mecanismo de redução do estoque da dívida via redução dos juros. Aqui, o equívoco reside no desconhecimento de que essa redução já se processou há muito tempo. Antes de mais nada, convém recordar que os *spreads* altíssimos, cobrados há tempos pelos bancos internacionais, já embutiam uma taxa de risco elevada o suficiente para fazer frente a possíveis insolvências futuras. Além disso, a extraordinária ascensão das taxas internacionais de juros, dados os contratos de juros flutuantes, significou um poderoso instrumento de antecipação da amortização do principal. Taxas de juros e *spreads* fora

de padrões históricos nada mais representaram além de lucros extraordinários provedores de recursos para a constituição de fundos contra devedores sabidamente duvidosos. A cotação dos títulos brasileiros no mercado secundário, independentemente da resgatabilidade ou não desses valores, é o principal sinalizador do processo antes descrito.

Finalmente, e aqui avançamos para o terreno mais delicado da proposta brasileira, há a questão das empresas estatais. A proposta, tal como divulgada pela imprensa, é obscura no capítulo sobre as privatizações, mas é clara o necessário para assegurar que os novos papéis são instrumentos legítimos para a compra de empresas estatais. Com isso, o verdadeiro recado transmitido pelo governo Collor aos credores é o seguinte: a dívida externa brasileira é quase que integralmente de responsabilidade do setor público. Este, quebrado como está, dispõe de poucos fundos monetários — cruzeiros, vale dizer —, para fazer frente ao serviço da

*Sujeitando-se ao FMI, o governo reconhece que a responsabilidade da dívida é do setor público*

## NORDESTE CONTINUA EM ÚLTIMO LUGAR



O Nordeste, em dez anos, manteve o posto de região mais atrasada do país. Segundo o PNAD, 35,9% da população com mais de 10 anos são analfabetos, 15,9% das crianças e adolescentes trabalham, apenas 29,3% dos nordestinos contribuem para a Previdência e 15,8% vivem em favelas. O acesso a bens de consumo também é restrito, pois somente 40,4% da população possuem eletrodomésticos, contra uma média nacional de 70%. A luz elétrica chegou a apenas 67,7% das residências, a água encanada a 51,3% e a coleta de lixo a apenas 38,8% das casas.

Os dados negativos do Nordeste são resultado da grande concentração de renda. Lá, os 10% mais pobres detêm 0,6% do bolo da riqueza, e os 10% mais ricos concentram 55,7% da massa de salários. O nordestino médio teve na última década rendimento equivalente à metade dos salários do resto do país; 44,7% ganham até um mínimo por mês e os empregados com carteira assinada somam apenas 22,8% do total.

dívida. Face a isso, o governo se compromete, sob a supervisão do FMI, a aprofundar as políticas de austeridade e de criação de superávits fiscais que abram espaço para a retomada dos pagamentos internacionais. Não obstante, já é sabido de antemão que tais pagamentos serão parciais. Mas, atenção, aquilo que não puder ser pago em dinheiro o será em bens mediante a entrega do patrimônio público. A Petrobrás e a Vale do Rio Doce são dois bons exemplos de bens públicos que certamente serão muito bem recebidos pelos banqueiros internacionais. Não é demais lembrar que, dois dias depois de apresentar o plano aos ban-

queiros, o embaixador Danster esclareceu que a privatização de empresas públicas seria uma alternativa de pagamento.

Assim, a proposta dita inovadora, audaciosa, criativa, defensora dos interesses nacionais, parece não passar de mais um jogo de cena no qual é mestre o governo atual. A troca de papéis velhos por papéis novos que descontam o valor da dívida e limitam os pagamentos aos superávits do governo, é, na verdade, uma troca de papéis velhos — já descontados, desvalorizados, desacreditados — por ativos reais, por patrimônio público, por riquezas estratégicas para os destinos do país. Mas, ainda,

## *Na mesa de negociação estão as promessas de austeridade e de entrega das desejadas estatais*

isso tudo sem contar que a proposta de limitar eventuais pagamentos em dinheiro à existência de superávits nas contas do governo, coloca, mais uma vez, a execução das políticas macroeconômicas governamentais sob a estrita tutela do Fundo Monetário Internacional.

Paulo Davidoff Cruz, professor de Economia da Unicamp, é colaborador do CEDI no projeto Dívida Externa.

# RICOS MAIS RICOS. E POBRES MAIS POBRES



*Na última década, o ano com maior concentração de renda foi 1989, quando 53,2% do bolo da riqueza estavam concentrados nas mãos de 10% mais ricos. Enquanto isso, os 10% mais pobres detinham apenas 0,6% da renda nacional, contra 0,9% registrados em 1981*

Distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 ou mais anos de idade com rendimento (%)

Nível de rendimento das pessoas acima de 10 anos em ordem crescente (%)	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Total .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 10 .....	0,9	0,9	0,8	0,7	1,0	0,7	0,6	0,6
Mais de 10 a 20 .....	1,8	1,7	1,7	1,7	1,7	1,5	1,4	1,4
Mais de 20 a 30 .....	2,6	2,5	2,5	2,4	2,6	2,4	2,3	2,2
Mais de 30 a 40 .....	3,6	3,4	3,4	4,2	3,1	3,1	3,0	2,7
Mais de 40 a 50 .....	4,5	4,1	4,1	4,0	4,1	4,0	3,8	3,5
Mais de 50 a 60 .....	5,0	5,4	5,5	5,4	5,5	5,4	5,1	4,7
Mais de 60 a 70 .....	7,6	7,2	7,3	7,2	7,3	7,3	6,9	6,5
Mais de 70 a 80 .....	10,5	10,2	10,3	10,2	10,1	10,3	9,8	9,4
Mais de 80 a 90 .....	16,1	16,5	16,3	16,4	15,8	16,3	15,9	15,8
Mais de 90 a 100 .....	46,6	48,1	48,1	48,8	48,8	49,0	51,2	53,2
☐ Mais de 95 a 100 .....	33,4	34,5	34,5	35,1	35,5	35,2	37,3	39,4
☐☐ Mais de 99 a 100 .....	13,0	14,0	13,7	14,1	15,2	14,5	15,1	17,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

Nota: Excluído o rendimento da população da área rural da Região Norte

# NOVA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

*Em 1991 a Câmara Federal votará a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em jogo, a democratização e qualidade do ensino no país*

Maria Isabel de Almeida

**A**s Leis de Diretrizes e Bases (LDB) brasileiras tiveram trajetórias distintas. A primeira vagou anos pelo Legislativo até ser aprovada em 1961 (Lei 4024). A segunda foi aprovada em pouco tempo, com o número 5692/71, numa época pouco propícia ao debate, à discussão e à negociação. A próxima está seguindo um caminho diferente. Após a aprovação da Constituição de 1988, vários parlamentares articulados com setores progressistas começaram a discutir com a comunidade educacional uma nova organização da educação que incorporasse as reivindicações colocadas nos últimos anos pelo setor. No início de 1989 constituiu-se na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados um grupo de trabalho encarregado da elaboração de um projeto de LDB, sendo coordenado pelo deputado Florestan Fernandes (PT/SP) e tendo como relator o deputado Jorge Hage (PDT/BA).

Durante todo o primeiro semestre de 1989 o GT realizou audiências públicas com mais de quarenta entidades sindicais, científicas, estudantis e governamentais. No segundo semestre, promoveu seminários com especialistas de várias universidades do país.

Para a elaboração do projeto substitutivo foram considerados, além dos oito ante-projetos apresentados por parlamentares, cerca de duas mil sugestões vindas da comunidade educacional e perto de mil emendas apre-

sentadas por deputados dos vários partidos.

Esse processo de construção democrático e pluralista é único na história da educação brasileira, e resultou num projeto de lei que expressa a síntese possível do embate das forças sociais existentes hoje.

**Os avanços da lei** — Embora se saiba que uma lei não é capaz de, por si só, reverter o quadro de precariedade do setor, a existência de referência legal voltada ao atendimento da maioria pode se constituir num importante instrumento na luta pela constituição de uma educação democrática e de qualidade.

O projeto de LDB, ora no Congresso, fortalece a idéia de que a educação é um direito básico de todos os cidadãos e, por isso, somente a escola pública e gratuita tem condições de garanti-lo. Coerente com essa idéia, amplia o conceito de educação, incorporando as experiências da vida social e do mundo do trabalho, e busca garantir uma formação básica unitária e comum a todos, com o mesmo padrão de qualidade, indo da educação infantil (zero a 6 anos) ao ensino médio. A educação de jovens e adultos trabalhadores é colocada como parte integrante do sistema único de educação, prevendo-se a adequação das condições de trabalho às necessidades do educando.

Além de ampliar os recursos adicionais para a educação através da

elevação da alíquota do salário-educação para 3,5% e de criar o salário-creche, o projeto estabelece critérios para a regulamentação da gestão democrática da escola. Também aponta para a necessária valorização social e profissional do magistério como base para a melhoria do ensino.

**Reunir forças para 1991** — O projeto de LDB foi aprovado na Comissão de Educação em 28 de junho de 1990 e enviado à Comissão de Finanças, onde permaneceu durante todo o segundo semestre. Somente no dia 4 de dezembro a relatora Sandra Cavalcanti (PFL/RJ) enviou seu parecer, jogando para uma reunião às vésperas do recesso parlamentar a votação do projeto nessa comissão. Se isso não ocorrer até o final dessa legislatura, o projeto será arquivado, invalidando todo o trabalho já realizado.

Mesmo sendo aprovada nessa Comissão, pode chegar a um plenário já desmobilizado e ser jogada para o plenário do próximo Congresso, hipótese em que todas as discussões e negociações já realizadas terão que ser refeitas, uma vez que 60% dos deputados são novos e não participaram do processo desenvolvido.

Se isso ocorrer, todo o jogo será transferido para a próxima legislatura, sendo fundamental a participação ativa de todos os setores organizados da sociedade civil que pautam a luta educacional (especialmente o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e seus correspondentes estaduais e municipais), na organização de uma campanha nacional pela aprovação de uma LDB que aponte para uma educação pública democrática e de qualidade.

Maria Isabel de Almeida é integrante do programa Educação e Escolarização Popular do CEDI.

# A DECADÊNCIA DOS EUA E A CRISE NO ORIENTE MÉDIO

*Atravessando sua quarta grande crise, os EUA encontraram no Oriente Médio um novo inimigo, do qual dependem para manter o desenvolvimento*

Creuza Maciel  
e Brady Tyson

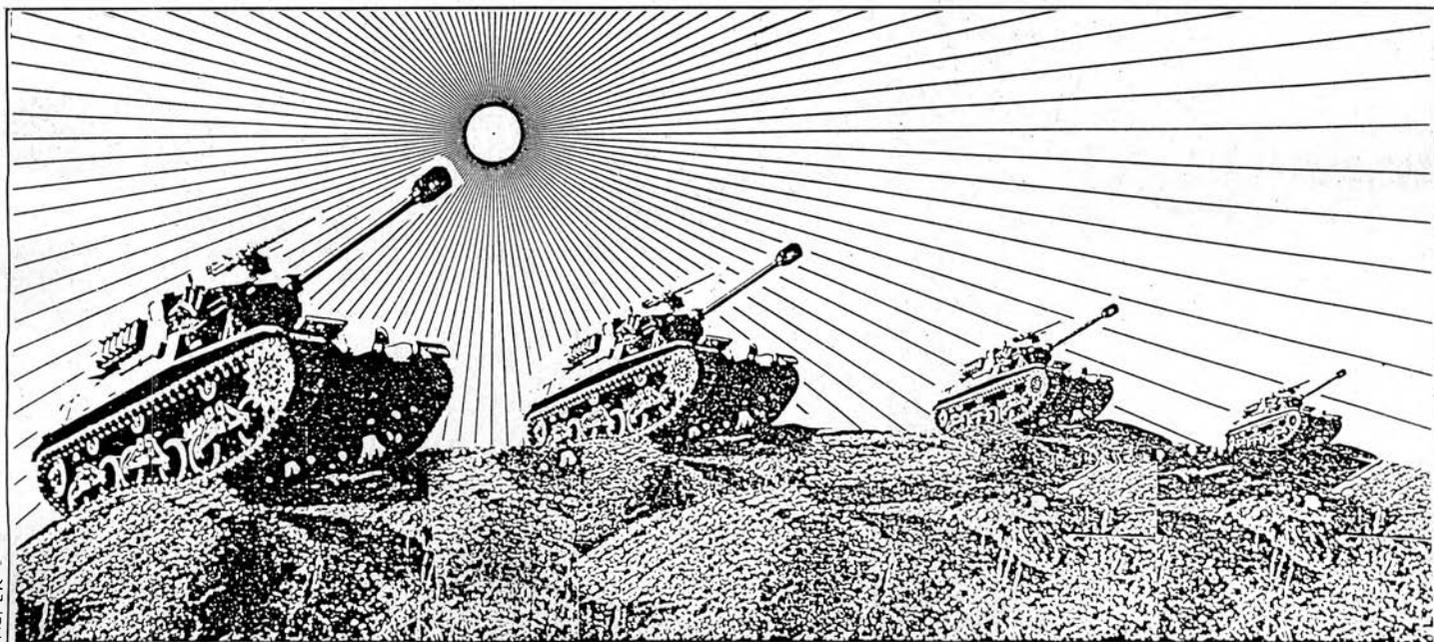
A luta prolongada de ingleses, soviéticos, americanos e outros na Segunda Guerra Mundial contra o eixo Alemanha, Itália e Japão deixou a Inglaterra e a França esgotadas, mas os Estados Unidos relativamente forte. Por isso, coube aos Estados Unidos assumir o poder hegemônico (tomar conta do mundo, manter o *status quo*), em nome da cultura ocidental e do sistema político-militar-econômico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (O-

tan), papel antes desempenhado pela Inglaterra.

Em consequência dos horrores provocados pela Segunda Guerra Mundial, criou-se a Organização das Nações Unidas (ONU). Muitos líderes políticos sonharam com uma organização capaz de fomentar uma rede de cooperação entre todas as nações. Os Estados Unidos e a União Soviética, no entanto, trabalharam durante os últimos quarenta anos um contra o outro para obter a hege-

monia e o domínio do mundo. Tentaram dominar a ONU, enfraquecendo-a e desprestigiando-a. À custa do bem-estar comum, ambas se empenharam na corrida armamentista e na competição ideológica para capturar "corações e mentes" do Terceiro Mundo, através da subversão, espionagem, chantagem e assassinatos. Como resultado, os Estados Unidos e a União Soviética gastaram seus recursos naturais, humanos, tecnológicos etc. com o fim de vencer um ao outro na Guerra Fria, em vez de edificar uma ordem de justiça e de paz, promover seus próprios povos e deixar os países do Terceiro Mundo se desenvolverem. Estas duas superpotências chegaram à beira da bancarrota.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os Estados Unidos já enfrentaram três grandes



crises que contribuíram para o fracasso da sua política externa, enfraquecendo-a internamente:

1) O bloqueio terrestre a Berlim pelo governo soviético e a campanha do governo norte-americano para rompê-lo, utilizando o transporte aéreo para levar mantimentos à população de Berlim. Resultado: a Guerra Fria acirrou-se e a corrida armamentista entre os Estados Unidos e a União Soviética acelerou-se.

2) A crise entre Kennedy e Khrushchev, com o envio de mísseis soviéticos e o início do bloqueio naval a Cuba pelos Estados Unidos. Resultado: continuação da Guerra Fria num ambiente de profunda desconfiança entre ambos, sugando as riquezas dos dois países na corrida armamentista, quase irracional.

3) A derrota na guerra do Vietnã, com a conseqüente perda da "guerra contra a pobreza" nos Estados Unidos. O presidente Lyndon Johnson optou por apoiar a guerra contra o povo vietnamita, em vez de apoiar a luta dentro dos Estados Unidos contra a pobreza, já que não havia recursos para os dois projetos. Resultado: enfraquecimento do sistema social, econômico e político nos Estados Unidos, e a falta de consenso

nacional para sua política externa.

Estamos agora assistindo à quarta crise: a crise da dívida externa e interna dos Estados Unidos e a deterioração interna crescente, em grande parte provocadas pela corrida armamentista nos últimos 40 anos e pela negligência do bem-estar do próprio povo norte-americano neste mesmo período. A política do presidente George Bush, a ameaça de fechamento do acesso aos poços de petróleo do golfo Pérsico e o envio de mais de 200 mil soldados norte-americanos à Arábia Saudita estão acelerando a decadência dos Estados Unidos e agravando os conflitos sociais internos. Resultado: a crise do golfo Pérsico agrava a mentalidade norte-americana de cruzada contra algum inimigo externo (antes, o comunismo; hoje, Saddam Hussein) e a manutenção, a qualquer custo, do complexo industrial-militar.

Há uma longa história de conquista e ocupação na região dos árabes desde o tempo das Cruzadas e, mais recentemente, a partir da Primeira Guerra Mundial (1918), quando os franceses e ingleses conquistaram os turcos (que dominavam o mundo árabe). No fim da Segunda Guerra Mundial (1945), os ingleses e france-

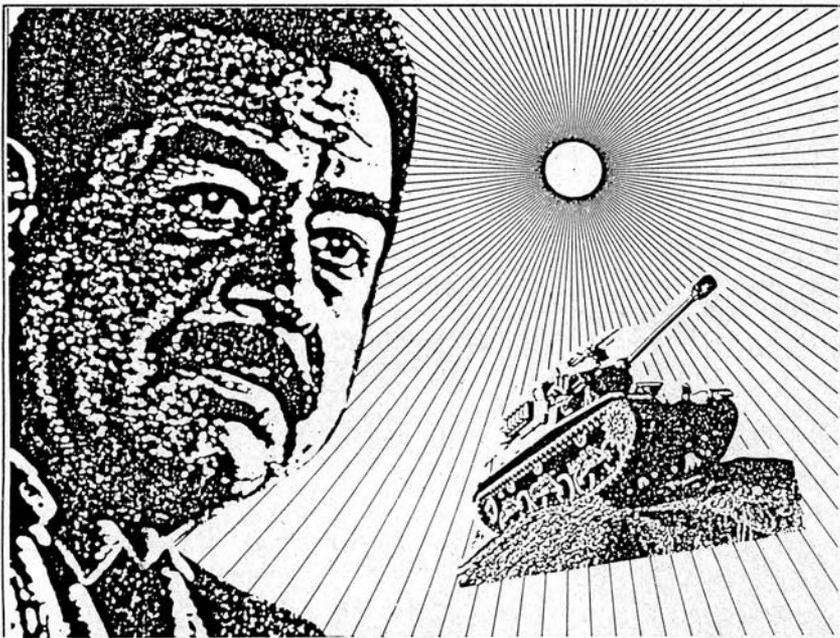
## *Em busca do petróleo, os EUA aproveitaram a Segunda Guerra para entrar no Oriente Médio*

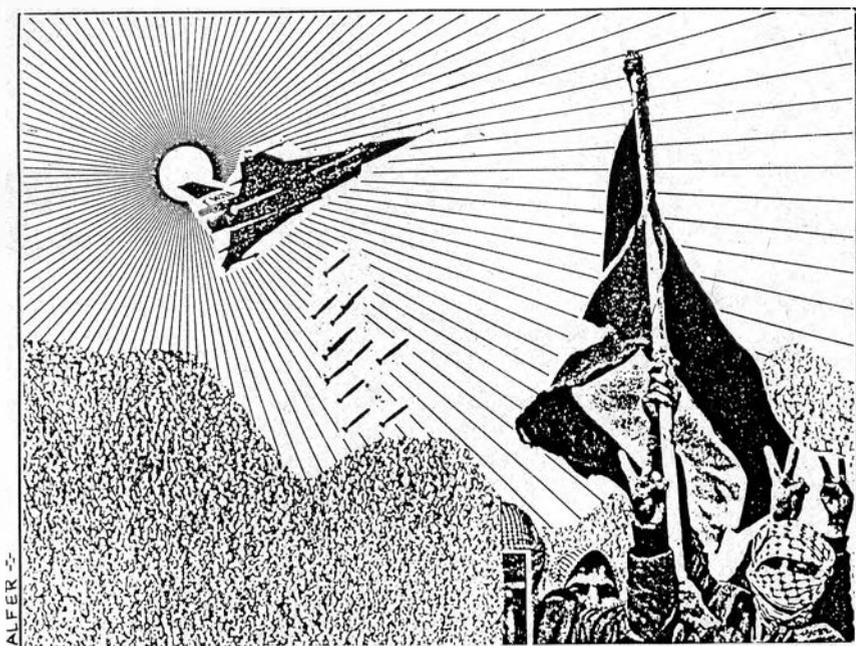
ses tiveram que desocupar a área porque, inicialmente, estavam esgotados pela guerra e, depois, porque não conseguiram dominar os movimentos nacionalistas no mundo árabe. Mas, em vez de ajudar o processo de democratização da região, deixaram no poder reis, xás e emires, governando "países" com fronteiras artificiais desenhadas na areia pelos colonialistas. É interessante lembrar que Iraque, Kuwait, Jordânia, Síria e Palestina eram colônias inglesas ou francesas até 1945, no fim da Segunda Guerra Mundial; que Israel sequer existia — nasceu somente em 1948 em terras da Palestina —, e que os Estados Unidos entraram no Oriente Médio logo depois da Segunda Guerra Mundial para apoiar as cinco companhias de petróleo chamadas de "as cinco irmãs": Standard Oil (agora Exxon), Shell, British Petroleum, Texaco e Aramco.

Quando as cinco irmãs não puderam continuar manipulando e nem subornando, a fim de obterem mais lucros com o baixo preço do petróleo, entrou a CIA para derrubar os líderes populares, como Mossadegh, que nacionalizou o petróleo iraniano após sua ascensão ao poder em 1951. O xá Muhammad Riza Pahlavi, aliado fiel dos Estados Unidos, voltou ao poder até ser derrubado por Khomeini, o líder religioso que comandou a revolução islâmica anti-americana e anti-ocidental.

Os países ocidentais, no entanto, sobretudo Estados Unidos, França e Inglaterra, queriam manter o controle da região. Descobriram que a úni-

*Os países ocidentais apostaram na divisão da comunidade árabe para manter o controle da região*





*Bush quer uma guerra fria. Só que qualquer intervenção na região pode detonar um conflito mundial*

ca maneira de controlar o nacionalismo era dividir a comunidade árabe, mesmo quando esta queria a unificação. Atualmente, pode-se ver perfeitamente a divisão no Oriente Médio: são muitos países pequenos, dominados por reis, xás, emires e outros nobres, onde mulheres não podem dirigir carros, e onde nem homens e nem mulheres podem votar. Todas estas “nações”, dominadas por aristocracias caducas, são aliadas dos Estados Unidos.

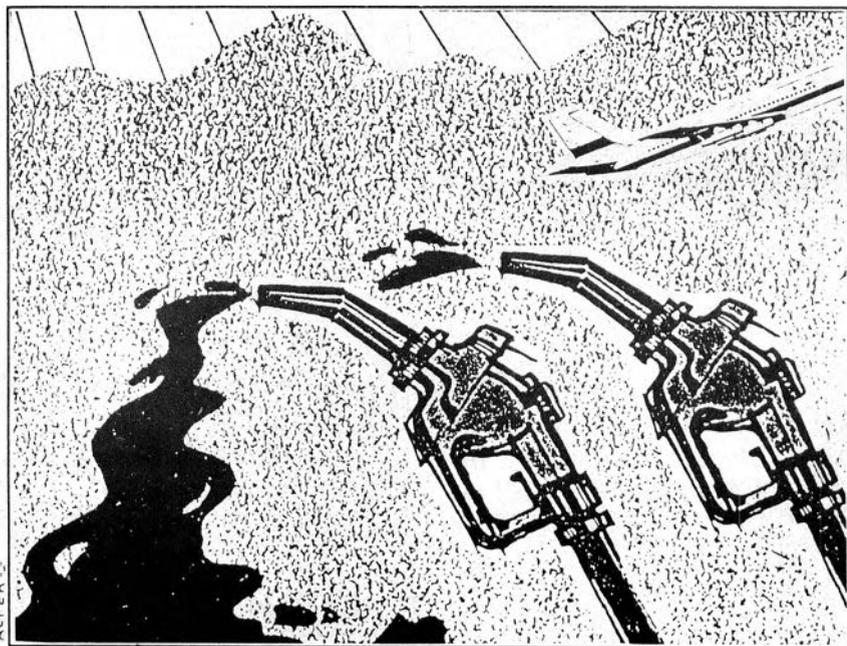
Os Estados Unidos ameaçam hoje, ironicamente, declarar guerra contra o Iraque. O Iraque aprendeu muito do seu ex-aliado. Armou-se contra o Irã graças aos Estados Unidos e outros países ocidentais, incluindo o Brasil. O argumento que se usava era o de tentar manter a correlação de forças de forma equilibrada entre os países da região. Uma guerra sem sentido entre o Iraque e o Irã (1980-1988) acabou custando um milhão de vidas (600 mil iranianos e 400 mil iraquianos). Saddam Hussein, líder do Iraque, quer dominar a maioria das jazidas petrolíferas dos árabes e anexar os portos do Irã

e do Kuwait. Por esta razão lançou a guerra contra o Irã e, a 2 de agosto de 1990, invadiu o Kuwait.

A crise no golfo Pérsico decorre da continuidade da luta pelo controle dos poços de petróleo da região. Os Estados Unidos, uma sociedade basicamente orientada para o consumo e representando apenas 5% da população do mundo, consumiram 6.323 milhões de barris de petróleo em 1989, enquanto os outros seis maiores consumidores (Japão, Alemanha Ocidental, Itália, França, Canadá e Inglaterra) juntos consumiram 5.311

milhões. Os Estados Unidos produziram somente 50% da sua necessidade e gastam 25% do petróleo produzido no mundo a cada ano (*New York Times*, 12/08/90, p. E3). A América do Norte (Canadá, Estados Unidos e México) possui somente 4% das reservas de petróleo, enquanto a Arábia Saudita, Kuwait e Iraque juntos detêm 44% das reservas mundiais (*Washington Post*, 30/08/90, p. A23). Os Estados Unidos e seus aliados, portanto, necessitam continuar comprando petróleo barato do Oriente Médio para manterem o vício do consumismo e o seu desenvolvimento.

A tragédia é que os Estados Unidos não têm uma política de poupar energia e criar novas fontes de energia. Não pretende, tampouco, desmobilizar grande parte das suas forças armadas e indústria bélica, mesmo que não haja mais razões para mantê-las. Desta forma, ela não tem condições de sanar a sociedade norte-americana dos escândalos financeiros, da negligência aos pobres e dos conflitos sociais provocados pelo distanciamento cada vez maior entre ricos e pobres. O censo de 1990 mostra que 13% da população norte-americana vivem abaixo do nível de pobreza;





entre a população negra, esta cifra sobe para 31%.

No mundo atual, com tantas armas modernas, qualquer guerra entre nações é uma catástrofe. Uma guerra que pode destruir ou bloquear o acesso ao petróleo do Oriente Médio desestabilizará o mundo inteiro e agravará a situação dos países do Terceiro Mundo. Os Estados Unidos são vulneráveis a uma guerra no Oriente Médio. Por isso, Bush quer manter, se possível, uma “guerra fria” — com todas as ameaças e chantagens que somente um ex-funcionário da CIA (como Bush) pode e sabe fazer. A oposição interna aumenta a cada dia, lembrando as experiências tristes da guerra do Vietnã, a ocupação de Granada, a invasão do Panamá e o apoio a governos antipopulares na América Central, muito semelhante ao apoio dado a governos de monarcas, emires, sultões, príncipes e aristocratas antipopulares do Oriente Médio.

Os perigos são muitos:

1) Um “acidente” provocado por qualquer grupo, oficial ou não, seria a faísca para provocar uma guerra mundial.

2) Uma aliança entre o Iraque e o Irã poderia gerar e sustentar uma guerra santa dos muçulmanos contra os “infiéis” do Ocidente.

3) Uma decisão do governo nor-

te-americano ou do Iraque de declarar guerra e passar ao ataque militar imediatamente.

4) Um ataque provocado por Israel ou contra Israel.

5) Um tumulto generalizado na Jordânia, com a derrubada do rei Hussein, já que a Jordânia é área estratégica em termos geopolíticos.

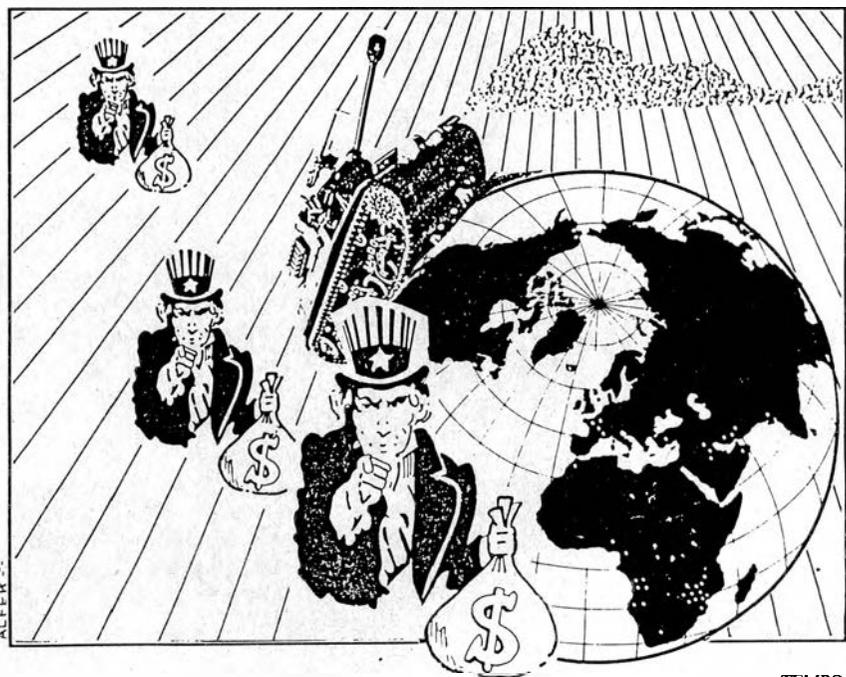
Por outro lado, há ainda alguns canais abertos para uma saída pacífica. Há muito tempo, os países árabes reclamam uma conferência auspiciada pela ONU para reestabelecer uma paz duradoura na região, basea-

## *Uma conferência da ONU poderia restabelecer a paz no mundo árabe e fazer justiça aos palestinos*

da na justiça para o povo palestino. Agora que a situação no Oriente Médio tomou uma dimensão mundial, uma conferência desta natureza passa a ser imprescindível para tratar de três questões interdependentes: 1) garantir a independência palestina; 2) garantir a segurança de Israel; e 3) garantir a neutralidade do Kuwait. Estes três pontos podem e devem ser sustentados por uma força internacional da ONU.

As perdas de uma eventual guerra no Oriente Médio serão, certamente, muito maiores do que os objetivos que a motivaram. O grande desafio é o de libertar o Oriente Médio da tradição imperialista dos europeus e norte-americanos, das grandes companhias de petróleo, e das oligarquias como a da família Sabah, dona do Kuwait.

*Creuza Maciel é ex-coordenadora continental do Serviço Paz e Justiça na América Latina e Brady Tyson é professor de Política Internacional na American University, Washington, DC, Estados Unidos.*



# 500 ANOS DE EVANGELIZAÇÃO

*Após 500 anos, a evangelização esbarra na resistência da massa crescente de marginalizados.*

*É preciso vencer as estruturas do pecado social*

João Batista Libânio

A história corre mais pelo leito do rio do que se prende aos extremos das margens. Os 500 anos de evangelização têm provocado intérpretes a vasculhar as margens extremas das “lendas macabras” ou dos “triumfalismos fáceis”. A verdade, porém, está mais próxima dos imensos momentos de “massa” com os pontos luminosos ou escuros de “minorias” (J. L. Segundo). Por isso, talvez valha mais perguntar-se pela herança, que marca o cotidiano presente, que espancar fantasmas do passado ou cantar glórias acabadas.

**Axiomas clássicos da evangelização** — Quando se pensa que uma teologia terminou seu périplo histórico, parece que ela destila com maior abundância o néctar acumulado na sua tradição. Recorrer à Escolástica para encontrar aí dois axiomas fundamentais da evangelização pode soar anacrônico. Entretanto, eles vêm iluminar o momento presente.

Os dois princípios fundamentais, “a graça supõe a natureza” e a “graça aperfeiçoa a natureza”, regem a relação entre os dois pólos fundamentais da existência humana: o atuar

de Deus — graça — e as possibilidades humanas — natureza. Não se trata de retomar, na brevidade dessas linhas, o gigantesco continente de questões que esta relação descortina.

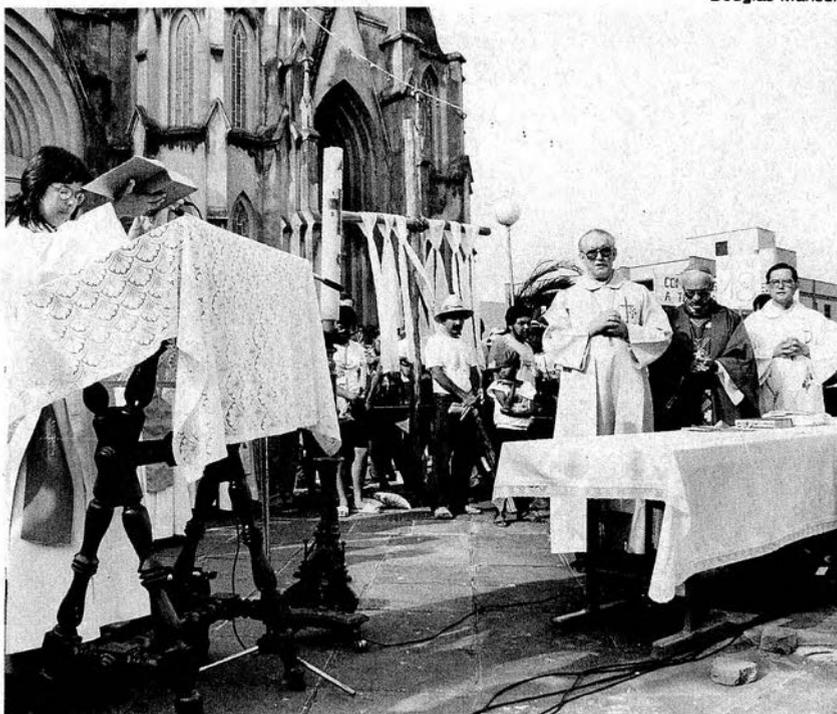
O termo “graça” traduz no contexto atual o que se quer dizer com “evangelização”. “Natureza” coloca-nos frente ao contexto humano da evangelização. Assim, colocada a questão de natureza e graça, cabe perguntar-se que contexto humano se supõe para que se evangelize e que aperfeiçoamento a evangelização lhe traz.

**Incapacidade de evangelizar a cultura** — Tem-se refletido pouco sobre os pressupostos básicos sociais humanos para que se possa evangelizar. Muitos dos primeiros missionários, por preconceito e impossibilidade de sair de seu universo ideológico religioso e político, acreditavam que os índios eram uma base pouco humana para ser evangelizada. Tinham que ser “reduzidos”, obrigados por coerção externa, para que o evangelho lhes pudesse ser comunicado.

Hoje atribuímos tais juízos mais à falha humano-cultural do missionário que do índio. Pelo contrário, os índios viviam a cultura, alimentada e oxigenada por uma religião, com abundante presença das “sementes do Verbo”. Hoje os novos missionários aproximam-se das tribos indígenas com outros olhos e com profundo respeito.

Esta riqueza sócio-humana, que então não se soube e não se conseguiu entender nem assumir na evangelização, vinha e era sustentada por estruturas culturais e sociais ancestrais e autóctones.

**Os marginalizados de hoje** — Hoje se põe um problema novo e



Douglas Mansur

O anúncio do Evangelho, sob a ótica dos pobres, deve passar pela reformulação de injustas estruturas sociais, ideológicas e culturais

# 1992 — ANO DE PENITÊNCIA E DESAFIOS

José Oscar Beozzo

Partindo-se de uma visão histórica e com vistas a compromissos pastorais, o ano de 1992 indica a necessidade de um gesto penitencial em relação aos ofendidos e humilhados ao longo destes 500 anos. Urge, também, compromissos firmes de reparação e de saídas concretas para o futuro. Cada comunidade, cada Igreja particular encontrará por certo os seus gestos. Há alguns, porém, que poderiam ser propostas de todo o continente.

No Antigo Testamento, os anos do *jubileu* eram pensados em função dos mais pobres e começava pelo *perdão das dívidas*, pela *restituição da terra* aos que a haviam perdido e pela *libertação dos escravos* (Lv 25,8-19; cfr. igualmente Dt 15,12-18).

Jesus inaugura a pregação da boa notícia do evangelho, dirigida diretamente aos pobres, anunciando também, na sinagoga de Cafarnaum, a libertação dos escravos e oprimidos e, para todos, um *ano de graça* do Senhor (Lc 4,16-19). Não poderiam todos os cristãos em conjunto, convidando igualmente os homens de boa vontade, fazer de 1992, um *ano da graça*, para a América Latina, devolvendo a esperança aos nossos povos, depois da década perdida dos anos 80?

Um *ano da graça*, em que a *dívida externa*, tantas vezes já paga, com a fome e o desespero das maiorias, fosse definitivamente cancelada e se lutasse por uma *nova ordem econômica internacional*, que pusesse fim à trágica tendência de “ricos cada vez mais ricos, às custas de pobres cada vez mais pobres” (DP 30)? O ano de 1492 assinala o início do colonialismo moderno. Não poderia 1992 ser o início do fim dos modernos neocolonialismos, com o apoio das mes-

mas Igrejas que foram parte e cúmplices do primeiro colonialismo?

Um *ano da graça*, em que o “*fatal*” de 1492, voltasse em 1992, a ser “*feliz*”, para os povos indígenas do continente, com a restituição das *terras indígenas* e sua demarcação escrupulosa e inviolável e com “*terra para quem trabalha*”, no campo latino-americano, invertendo a equação da *escravidão*, em que os que trabalhavam não tinham nem terra, nem salário, nem direitos humanos e os que não trabalhavam se faziam donos de todas as terras?

Um *ano da graça*, em que todas as culturas não europeias do continente, principalmente as *culturas indígenas e afro-americanas*, deixassem de ser oprimidas e desprezadas e tivessem sua riqueza humana e espiritual acolhida e respeitada, com a educação bilíngüe, apoiada por missionários, as Igrejas e os Estados, verdadeiramente implantada, reconhecendo-se o caráter pluri-étnico e pluri-lingüístico e pluri-religioso de nossos povos?

*Ano de graça* em que o *racismo*, visível e implícito, em nossas atitudes e na cultura dominante, inclusive no interior das Igrejas cristãs, e que atinge de modo particular os grupos indígenas e afro-americanos, fosse banido, por um real esforço de respeito à identidade própria de cada grupo e cultura, e pelo apoio às organizações e movimentos que lutam contra a discriminação racial?

*Ano de graça*, em que a *inculturação* se tornasse a pedra de toque da reabilitação da dignidade dos cristãos das culturas não europeias e o caminho para que resplandecesse, fraterna e alegremente, o rosto indígena-afro-latino-americano de nossas igrejas?

José Oscar Beozzo, teólogo e historiador, é secretário executivo do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular.

## *Os marginalizados vão se tornando marginais, excluídos e resistentes à evangelização*

gravíssimo. As sociedades modernas, de maneira mais grave e violenta nas periferias do sistema, têm gerado massas de marginalizados. Esses pobres e marginalizados despontam na consciência das igrejas cristãs, nas últimas décadas, como o destinatário privilegiado da evangelização. Mais, descobrem, entre esses pobres, rico potencial evangelizador. Vêem-nos como sujeito de evangelização.

Esta descoberta é verdadeira, rica de conseqüências para a reinterpretação da evangelização. Entretanto, não se têm pensado suficientemente em um problema conexo com esse. É o reverso da medalha. Não se trata dos marginalizados, destinatários e sujeitos da evangelização, mas do número crescente de marginalizados que se vão fazendo marginais, excluídos e resistentes a qualquer evangelização.

### **De marginalizado a marginal**

— A pobreza extrema, no interior de uma sociedade moderna avançada, difere muito de certas outras formas de pobreza, vivida no passado. Toda pobreza extrema é um mal. Deve ser combatida. Há, porém, uma pobreza que está sendo fonte de perversidade. Destrói, nas pessoas, a base humana, a “natureza”, que a graça da evangelização deve supor para atingi-la.

As igrejas cristãs encontram, talvez, nesses milhões e milhões de seres humanos, jogados na sarjeta da existência, desde a mais tenra infância, a maior resistência à evangelização. A psicologia ensina-nos que a base da personalidade se constrói nos primeiros anos da existência, a partir de relações constituintes com os pais, irmãos e pessoas que cercam a infância. Quando tais relações iniciais falham gravemente, os distúr-

## *Falar de pobres é romântico quando eles estão sendo degradados como seres humanos*

bios psíquicos são sérios e, de certo modo, irrecuperáveis.

A biologia vem ainda reforçar tais reflexões com estudos da constituição do sistema nervoso, da massa encefálica nos primeiros anos de vida, e a necessidade de alimentação suficiente e sadia, para um normal desenvolvimento. Falhas, nesse momento, comprometem definitivamente seres humanos para responderem normalmente aos estímulos sociais.

Falar de evangelização dos pobres é lírico e romântico, chamá-los, sem mais, de destinatário e sujeito da evangelização é teórico e abstrato, quando esses pobres estão sendo degradados na sua condição humana de modo praticamente irrecuperável, quer por deficiências graves no aspecto orgânico, quer por carências não menos graves no plano das relações humanas. Organismos destituídos de condições básicas de normalidade e psiquês feridas gravemente na sua própria constituição transfor-

## *A evangelização pelas estruturas seculares deve partir da luta por um mínimo de justiça social*

mam marginalizados em marginais. Depois, podem até mesmo sair da pobreza, acumular riquezas, fruto do crime, da contravenção.

**A perversão de setores privilegiados** — A resistência à evangelização não acontece somente no submundo da marginalização. A existência de tal submundo não se constrói sem comprometer a consciência de outros setores da sociedade. No meio das classes responsáveis, vai-se criando uma consciência de tal perversão, de tal convivência e convivência diuturna com a injustiça social, que ela se torna cada vez mais inacessível ao evangelho.

Em termos teológicos, as estruturas sociais tomam-se verdadeira “concupiscência social”, que, na definição do Concílio de Trento, vem do pecado e conduz ao pecado. Estas estruturas obstaculizam o trabalho da graça, transformam-se em verdadeiros mecanismos e dinamismos psicossociais que dificultam, impedem ouvir, entender e muito mais ainda praticar a palavra do evangelho.

**Evangelização pelas estruturas seculares** — A evangelização, como anúncio explícito do evangelho, é o conceito e a maneira mais comum de entendê-la. Entretanto, vivemos num continente em que enormes massas de marginalizados, em via de tomarem-se marginais, e cres-

centes grupos responsáveis cada dia se fazem impermeáveis ao evangelho por causa das estruturas sociais, ideológicas e culturais. Este “pecado social” é o grande empecilho da evangelização.

Só um empenho sério e grave das igrejas cristãs na luta por estruturas seculares que veiculem esse mínimo de justiça social, que criem condições de existência para milhões de crianças lançadas desde cedo nas ruas ou condenadas a viverem em favelas degradantes, pode ir superando as resistências invencíveis da evangelização explícita da palavra. Uma luta, não menos séria e grave, pela sanidade dos tecidos fundamentais da sociedade, começando pelo judiciário, legislativo e executivo até as pequenas estruturas locais, constitui tarefa evangelizadora secular, necessária para a palavra poder ser escutada, entendida e vivida. As instituições do país passam por uma crise ética grave, com homens públicos nos três poderes básicos a exibirem um egoísmo corporativo escandaloso, afrontoso à miséria do povo.

Sobre essa “evangelização através de estruturas seculares” — natureza — a graça, palavra ativa de Deus, pode trabalhar e aperfeiçoar. A graça supõe e aperfeiçoa a natureza.

João Batista Libânio, teólogo católico, é autor, entre outros, de *Evangelização e libertação* (Vozes).



tempo e presença  
Publicação do CEDI - Número 222 - Ano 12 - Out 1988

S	Q	Q	Q
A	A	I	S
★	M	☾	✋

**O SOCIALISMO MORREU?**  
Democracia • Estabilização • Participação Popular

LEIA E ASSINE

# TEMPO E PRESENÇA

Povos indígenas, movimentos operário e camponês, educação popular, meio ambiente, ecumenismo e dívida externa são alguns dos temas tratados em *Tempo e Presença*, uma publicação voltada para o conjunto do movimento popular. Na caminhada por uma sociedade mais justa e democrática, é leitura indispensável.

Assinatura anual: Cr\$ 1.000,00  
Assinatura de apoio: Cr\$ 1.200,00  
Exterior: US\$ 30

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI.  
Av. Higienópolis, 983 - cep 01238 - São Paulo SP

## CANBERRA

**MOMENTO FORTE DE ECUMENISMO**

*Na 7ª Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, o tema central é o Espírito Santo, que renova toda a criação e a união de Deus com os homens*

Jether Pereira Ramalho

Um dos sinais mais positivos do nosso século é o movimento ecumênico moderno. Isto já é reconhecido. Gestado nas primeiras décadas do século, ganhou consistência e organicidade a partir de 1948, com a fundação do Conselho Mundial de Igrejas. Inicialmente, sofreu muitos ataques e incompreensões por parte de espíritos sectários ou de grupos mal informados, que entendiam a proposta ecumênica como portadora de intenção eclesiológica, capaz de anular as diversas expressões do cristianismo para fundi-las numa superigreja; ou como se o ecumenismo estivesse compro-

metido com certa corrente ideológica.

O decorrer dos anos foi mostrando que esses receios eram infundados e que o espírito ecumênico era mais amplo e sobrepassava essas intenções subalternas. Ao contrário, o ecumenismo foi adquirindo outras perspectivas. Novas expressões de unidade ganhavam força, grupos populares, de forma bem peculiar, manifestavam seu desejo e necessidade de atuar ecumenicamente frente a situações existenciais críticas e de celebrar, juntos, vitórias e frustrações. O ecumenismo passou a ser reforço e inspiração para as lutas do povo.

Nos últimos anos, a conjuntura

mundial sofreu modificações sérias, profundas e de maneira extremamente veloz. Algumas utopias foram ameaçadas, sonhos se desfizeram e novas barreiras, tanto no campo eclesial quanto no político, fortaleceram-se. É verdade, também, que elementos positivos se evidenciaram, principalmente, no campo dos movimentos populares, onde a luta comum quebrou barreiras historicamente construídas e os pobres e setores discriminados da sociedade aumentaram a consciência dos seus direitos.

Um dos momentos expressivos do ecumenismo são as assembléias gerais do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). É ocasião privilegiada em que, tomando como referências os avanços e questionamentos da ação pastoral das igrejas e os desafios da conjuntura política e econômica do mundo, avalia-se criticamente o caminho percorrido e, com sensibilidade e discernimento, procuram-

WCC/Photo

Em  
Canberra são  
esperados  
representantes de  
311 igrejas-  
membro do  
CMI,  
repetindo o  
êxito da  
assembléia de  
Vancouver,  
em 1983



## No “lugar do encontro”, as igrejas fortalecerão o espírito da unidade cristã

se respostas para os desafios que se apresentam.

É certo que não se pode interpretar e avaliar o movimento ecumênico pelas suas grandes reuniões e assembleias magnas. Ele é mais complexo e dinâmico do que essas celebrações coletivas e encontros mundiais, mas não se pode negar a grande inspiração e o fortalecimento do espírito de unidade que tais assembleias produzem.

**A sétima assembleia** — A sétima assembleia do Conselho Mundial de Igrejas será realizada em Canberra, capital da Austrália. Na linguagem do povo aborígine da Austrália, Canberra significa “lugar de encontro” na “terra do Espírito”

Participarão da assembleia delegados de 311 igrejas-membro, procedentes de mais de 100 países de todos os continentes, que representam cerca de 350 milhões de cristãos. Será uma das reuniões ecumênicas de maior representatividade das últimas décadas.

Antes de Canberra já foram realizadas memoráveis assembleias que marcaram, de forma significativa, a

caminhada do ecumenismo. A primeira, em que oficialmente se organizou o CMI, teve lugar em Amsterdã, 1948, e foi decisiva para o movimento ecumênico. O CMI adotou como base ser “uma comunidade de Igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador de acordo com as Escrituras e, em consequência, buscam cumprir juntas seu chamado comum para a glória do único Deus, Pai, Filho e Espírito Santo”.

Passados mais de 40 anos da reunião de Amsterdã, volta-se a se encontrar a grande família ecumênica pela sétima vez. De todas as partes do mundo, cerca de 4 mil pessoas — entre delegados oficiais, autoridades eclesiais, assessores, jornalistas, visitantes — debaterão os rumos do movimento ecumênico frente às novas situações que se criaram, quer no mundo eclesial, quer na conjuntura sociopolítica. O tema da assembleia será “*Vem, Espírito Santo, renova toda a criação*”.

Nas celebrações litúrgicas, estudos bíblicos, reflexão teológica, diversos grupos de trabalho, plenárias decisórias, o CMI traçará seu plano de trabalho para os próximos sete anos e procurará responder, “à luz do Espírito Santo”, aos grandes desafios que a atual situação das igrejas e do contexto mundial questionam o movimento ecumênico.

**Tema e Sub-temas** — Pela primeira vez uma assembleia do CMI toma como tema central a reflexão sobre o Espírito Santo. Quatro dos seis temas das assembleias anteriores foram centrados, explicitamente, em Jesus Cristo, como a esperança do mundo, a luz do mundo, como aquele que liberta e une, e como a vida do mundo.

A decisão de focalizar como elemento central o Espírito Santo reflete o sentido do tempo que se vive. As rápidas transformações políticas e sociais dos últimos anos, a busca crescente de valores espirituais pela

## O ESPÍRITO NA VIDA E HISTÓRIA DAS IGREJAS

Zwinglio M. Dias



Pela primeira vez, depois de mais de quatro décadas de existência, o Conselho Mundial de Igrejas realiza uma Assembleia tendo como tema central o Espírito Santo. Sinal dos tempos? Sim, e um bom sinal! Por que não ousar dizer mais um sinal da ação energética do Espírito no interior de nossa história?

Neste final de século a humanidade se confronta pela primeira vez com problemas de tal magnitude que muitos pensam que, desta vez, a história chegará a seu final. Não faltam previsões apocalípticas: guerras e rumores de guerras, aumento das desigualdades sócio-econômicas com um crescimento espantoso da miséria, recrudescimento da destruição do meio ambiente, já tendo soado o alarme com respeito à sobrevivência do planeta...

Nesse quadro de crise generalizada, refletir sobre a ação do Espírito Santo numa perspectiva ecumênica constitui-se uma necessidade imperiosa. Tanto na tradição protestante quanto na ortodoxa, a

figura do Espírito é central para a compreensão da vida e do papel histórico das igrejas. Com efeito, o ecumenismo só se torna possível com a mudança do eixo de interesse das igrejas. Ou seja, quando estas deixam de se preocupar com a justificação de suas estruturas institucionais e do conjunto de interesses a elas agregados e se voltam para Deus. Somente a *dinamys* de Deus na história, a sua missão no interior da criação, é que permite a transformação, a mudança, a *metanoia* das igrejas, para irem ao encontro das reais necessidades dos homens e mulheres do planeta, em sua busca do reino sonhado da liberdade e da justiça. O ecumenismo em sua perspectiva mais abrangente e profunda implica numa submissão ao Espírito da Vida, porque só ele relativiza nossas “verdades” institucionais e nos possibilita a disciplina do “ser para os demais”, única condição para a unidade de todos... “porque onde está o Espírito aí está a liberdade...” (2 Cor 3,17).

Zwinglio M. Dias é teólogo, pastor da Igreja Presbiteriana Unida e secretário-geral do CEDI.

# AS GRANDES ASSEMBLÉIAS DO MOVIMENTO ECUMÊNICO



**Amsterdã, 1948** — Era um período de duros confrontos ideológicos entre capitalismo e socialismo, e os prenúncios de guerra ainda surgiam no horizonte da humanidade. O tema da assembléia foi “O desígnio de Deus e a desordem dos homens”. As igrejas decidiram trabalhar juntas e lutar pela unidade, o que foi entendido como um modo concreto de responder ao “desígnio de Deus”. Organizasse nessa assembléia, oficialmente, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI).



**Nova Delhi, 1961** — Foi decisiva na vida do CMI. Já se viam os sinais da “coexistência pacífica” e os impulsos que tomavam os movimentos de libertação dos países subdesenvolvidos. No aspecto eclesiológico, foi o período que antecedia o Concílio Vaticano 2º. Nessa assembléia, houve uma entrada maciça de igrejas do Terceiro Mundo, assim como da Igreja Ortodoxa. O tema foi “Jesus Cristo, a luz do mundo”. Reformulou-se a base de fé do CMI, dando-lhe um conteúdo mais trinitário. O movimento ecumênico passou de fato a ser um foro de diálogo de todos os povos da terra.



**Nairobi, 1975** — As contradições entre os países do Norte e do Sul já se faziam mais evidentes. A ONU levantara a imperiosa necessidade de se criar uma nova ordem econômica internacional, o que não se conseguiu até os dias atuais. Questões como desenvolvimento e crescimento econômico, qualidade de vida e militarismo foram amplamente debatidas. O tema da assembléia foi: “Jesus Cristo liberta e une”. Discutiuse a penetração e a influência cada vez maior das empresas multinacionais na vida dos países, e a responsabilidade das igrejas na construção de uma sociedade justa e participativa. O CMI nessa assembléia aprofundou mais seu sentido profético, adotando opções em favor dos pobres e oprimidos, daqueles que são vítimas da injustiças.



**Evanston, 1954** — Embora terminada a guerra da Coréia, no próprio Estados Unidos predominava o espírito de suspeita e perseguição que caracterizara o clima de “macarthismo”, então predominante naquele país. O fato positivo mais notável foi o surgimento do bloco do Terceiro Mundo. O tema da assembléia, “Jesus Cristo: a esperança do mundo”, era afirmação profética ante as tentativas de dominação ideológica, política e econômica e cultural, exercidas tanto por parte do Ocidente quanto do Oriente.



**Upsala, 1968** — Essa assembléia foi realizada em um período tumultuado, com a revolta dos estudantes, a guerra do Vietnã, as lutas contra a discriminação racial e os sinais da invasão da Tchecoslováquia. Martin Luther King, que havia sido convidado para fazer o sermão de abertura, foi assassinado. O tema da assembléia foi “Eis que eu faço novas todas as coisas”. Foram organizados vários programas de tendência renovadora no Conselho Mundial de Igrejas, tais como: Luta contra o Racismo e Participação das Igrejas no Desenvolvimento.



**Vancouver, 1983** — Num momento em que a vida é agredida, ameaçada, violada pelas forças e pelos poderes da morte, reúne-se o Conselho Mundial de Igrejas para afirmar “Jesus Cristo, vida do mundo”. Houve um intenso trabalho preparatório para essa assembléia com um programa de visitas às igrejas de mais de noventa países, onde se construíram pontos de unidade e fortalecimento do ecumenismo. O Conselho, nesse período, tinha sido alvo de fortes ataques de grupos reacionários que acusavam o movimento ecumênico de comprometimentos ideológicos. A assembléia aperfeiçoou, ainda mais, os programas do Conselho, aprovando a sua luta profética. O tema escolhido para os anos seguintes foi “Justiça, paz e integridade da criação”.

comunidade humana, o anseio e as lutas pela aproximação de um novo milênio, o desmoronamento de sonhos e utopias que muitos países pobres acalentavam, enfim, um clima de expectativa e de perplexidade levaram as igrejas a ficarem ainda mais sensibilizadas para “ouvir o que o Espírito diz às igrejas”.

O tema “Vem, Espírito Santo, renova toda criação” deverá ser o grande elemento desafiante e inspirador

que permeará todas as atividades da Assembléia. Deverá restaurar e reafirmar a comunhão do povo cristão com Deus e com o próximo. Impulsará a ultrapassagem das preocupações meramente pessoais, para um envolvimento mais forte nas lutas pela justiça e pela paz, reafirmando a solidariedade e o compromisso com os pobres e oprimidos.

Também deverá servir como uma convocatória mundial de compromi-

so para a preservação de todas as obras da criação de Deus. A questão do meio ambiente está sendo alvo de discussão e de comprometimento das igrejas e do movimento ecumênico.

Os quatro subtemas da assembléia proporcionarão estudos, debates, deliberações sobre problemas e questões teológicas e sociais.

“Doador da vida — Mantém tua criação” — A questão básica será

*O Espírito Santo, tema central de reflexão, reafirmará a comunhão do povo com Deus*

o desejo de uma nova compreensão da natureza e da relação humana com a obra da criação de Deus, e terá como centro de atenção a questão da justiça e da preservação ecológica, ressaltando o papel que as igrejas podem desempenhar em promover estilos de vida, valores e uma ética em prol da vida.

“*Espírito de verdade — Libera-nos*” — O enfoque básico será sobre as questões relativas à verdade e à falsidade que estão em jogo em nossa época, e quais os mecanismos de opressão que impedem a libertação dos povos. Haverá atenção especial para a crise das ideologias e a busca de novos modelos socioeconômicos, para as questões de segurança, o racismo e todas as formas de discriminação.

*Em defesa da vida surge a questão básica: a relação do homem com a obra da criação*



“*Espírito Santo — Reconcilia a teu povo*” — A discussão básica será sobre a busca da unidade, a derrubada de barreiras de separação entre os povos e o que realmente significa a reconciliação num mundo tão dividido. Na área eclesial, será aprofundado o estudo do desafio que os movimentos pentecostais e carismáticos e as igrejas independentes da África estão apresentando às igrejas históricas e ao movimento ecumênico.

WCC/Photo

co. Também o diálogo e a compreensão de outras tradições religiosas estarão em debate.

“*Espírito Santo — Transforma-nos e santifica-nos*” — A questão básica será o desafio às Igrejas no sentido de se abrirem às novas perspectivas de renovação, não só dos membros, mas da própria instituição eclesial. Uma questão forte será a discussão do significado da espiritualidade no contexto de opulência que contrasta com a crescente pobreza do mundo, e as situações de luta pela justiça em favor das transformações das estruturas sociais opressivas e discriminatórias. A temática deverá levar em conta a transformação tanto de indivíduos quanto da sociedade.

**Culto** — O culto será elemento central. A liturgia diária deverá refletir a rica variedade das tradições espirituais, litúrgicas e culturais das igrejas nas diversas partes do mundo. Serão momentos de beleza e de emoção que deverão inspirar todas as atividades da assembléia.

Haverá uma celebração eucarística ecumênica, à beira do lago de Canberra, com a participação da comunidade local. Também haverá uma celebração eucarística no rito



ortodoxo com toda a solenidade própria dessa tradição cristã.

**Estudos bíblicos** — Os estudos bíblicos vão ser um dos momentos ricos da assembléia. Em grupos de estudos e de reflexão serão aprofundados seis temas selecionados para inspirar os debates e todas as atividades. Haverá oportunidade de testemunhos, troca de experiências e um espírito de oração para que o Espírito de Deus aja com liberdade.

O método adotado será o de participação plena de todos, com o objetivo de proporcionar oportunidades de contribuições provenientes de muitos lugares do mundo e das diversas tradições cristãs. Essas contribuições, que certamente refletirão situações e perspectivas diferentes, formarão o mosaico ecumênico de compreensão da Bíblia.

**As plenárias** — Na primeira parte da Assembléia haverá reuniões plenárias, em que se discutirão os assuntos referentes ao temário, com ênfase, também, na questão da unidade, na convocatória sobre a Justiça, Paz e Integridade da Criação, sobre a solidariedade das igrejas ao movimento das mulheres, sobre todas as formas de discriminação, sobre a conjuntura mundial etc... Os informes do secretário-geral e do moderador serão apreciados pelo plenário. As plenárias da segunda parte se dedicarão a questões administrativas e às eleições.

**O que se espera da Assembléia** — Uma reunião dessa importância e transcendência levanta diferentes expectativas. Há, sem dúvida, muitos elementos novos, tanto no campo eclesial quanto no político, que estão exigindo respostas ousadas do movimento ecumênico. O crescente empobrecimento da maior parte da população do mundo, a destruição da natureza, com os riscos que acarreta para o universo, as modificações profundas nos países socialistas, a idolatria bem orquestrada da chamada lei



WCC/Photo

do mercado livre, o escândalo de milhões de crianças famintas e desnutridas, os indícios de guerra em diversas regiões, enfim, tantas ameaças à vida vão exigir do movimento ecumênico respostas e atitudes corajosas, que reflitam concretamente sua fidelidade ao Evangelho de Cristo. Também a complexidade do campo religioso com as novas expressões de igrejas e de movimentos ecumênicos desafiam o CMI e suas igrejas afiliadas a terem sensibilidade e flexibilidade para não se fecharem no institucionalismo e no eclesiasticismo, cerrando fronteiras e impedin-

*A assembléia poderá abrir-se ao sopro do Espírito, que não tem fronteiras nem limitações*

do o dinamismo que caracteriza todo o rico processo histórico.

O próprio tema de assembléia indica que Canberra poderá ser essa abertura maior ao sopro do Espírito que não tem fronteiras nem limitações.

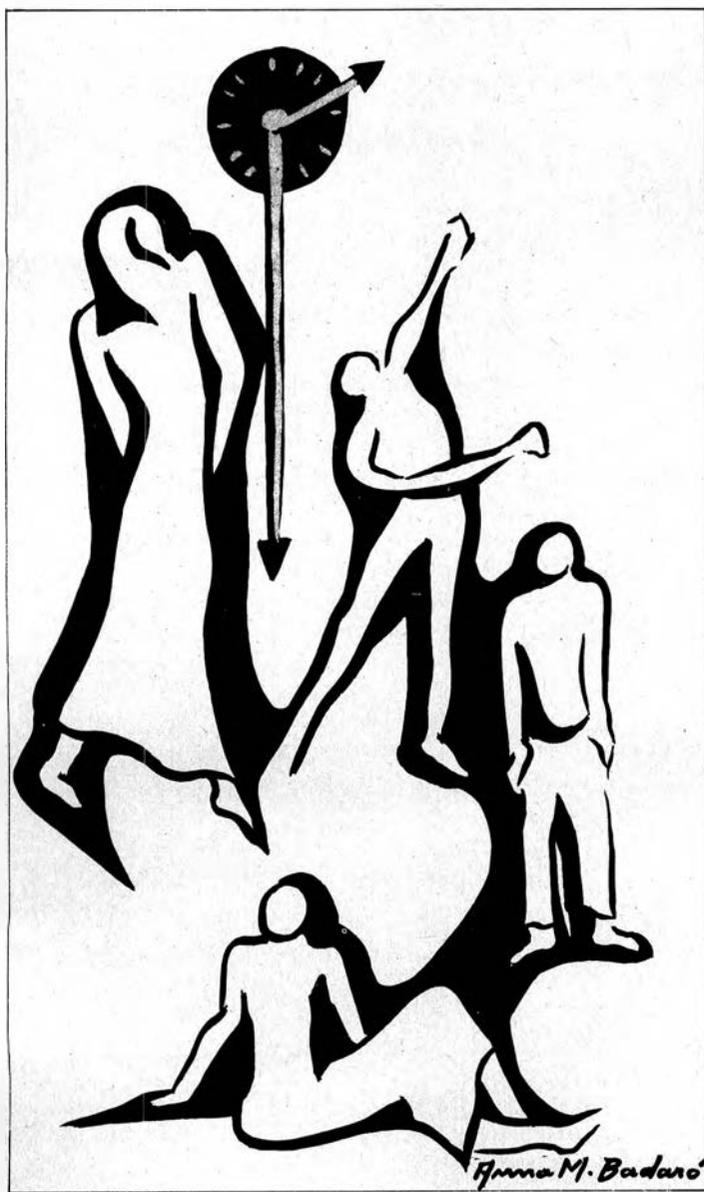
Jether Pereira Ramalho é editor de *Tempo e Presença*.

Peter Williams/WCC/Photo



# O RELÓGIO

*Eu tinha medo de dormir na casa do meu avô. Era um sobradão colonial enorme, longos corredores, escadarias, portas grossas e pesadas que rangiam, vidros coloridos nos caixilhos das janelas, pátios calçados com pedras antigas... De dia, tudo era luminoso. Mas quando vinha a noite e as luzes se apagavam, tudo mergulhava no sono: pessoas, paredes, espaços. Menos o relógio... De dia, ele estava lá também. Só que era diferente. Manso, tocando o carrilhão a cada quarto de hora, ignorado pelas pessoas, absorvidas por suas rotinas. Acho que era porque durante o dia ele dormia. Seu pêndulo regular era seu coração que batia, seu ressonar, e suas músicas eram seus sonhos, iguais aos de todos os outros relógios. De noite, ao contrário, quando todos dormiam, ele acordava, e começava a contar estórias. Só muito mais tarde vim a entender o que ele dizia: "Tempus fugit". E eu ficava na cama, incapaz de dormir, ouvindo sua marcação sem pressa, esperando a música do próximo quarto de hora. Eu tinha medo. Hoje, acho que sei por quê: ele batia a Morte. Seu ritmo sem pressa não era coisa daquele tempo da minha insônia de menino. Vinha de muito longe. Tempo de musgos crescidos em paredes úmidas, de tábuas largas de assoalho que envelheciam, de ferrugem que aparecia nas chaves enormes e negras, da senzala abandonada, dos escravos que ensinaram para as crianças estórias de além-mar — "dingue-le-dingue que eu vou para Angola, dingue-le-dingue que eu vou para Angola" — de grandes festas e grandes tristezas, nascimentos, casamentos, sepultamentos, de riqueza e decadência... O relógio batera aquelas horas — e se sofrera, não se podia dizer, porque ninguém jamais notara mudança alguma em sua indiferença pendular. Exceto quando a corda chegava ao fim e o seu carrilhão excessivamente lento se tornava um pedido de socorro: "Não quero morrer..." Aí, aquele que tinha a missão de lhe dar corda — (pois este não era privilégio de qualquer um. Só podia tocar no coração do relógio aquele que já, por muito tempo, conhecesse os seus segredos) — subia numa cadeira e, de forma segura e contada, dava voltas na chave mágica. O tempo continuaria a fugir... Todas aquelas horas vividas e morridas estavam guardadas. De noite, quando todos dormiam, elas saíam. O passado só sai quando o silêncio é grande, memória do sobrado. E o meu medo era por isto: por sentir que o relógio, com seu pêndulo e carrilhão, me chamava para si e me incorporava naquela estória que eu não conhecia, mas só imaginava. Já havia visto alguns dos seus sinais imobilizados, fosse na própria magia do espaço da casa,*



# O RELÓGIO

fosse nos velhos álbuns de fotografia, homens solenes de colarinho engomado e bigode, famílias paradigmáticas, maridos assentados de pernas cruzadas, e fiéis esposas de pé, ao seu lado, mão docemente pousada no ombro do companheiro. Mas nada mais eram que fantasmas, desaparecidos no passado, deles, não se sabendo nem mesmo o nome. "Tempus fugit". O relógio toca de novo. Mais uma hora no quarto, sem dormir... Sentia que o relógio me chamava para o seu tempo, que era o tempo de todos aqueles fantasmas, o tempo da vida que passou. Depois o sobradão pegou fogo. Ficaram os gigantescos barotes de pau-bálsamo fumegando por mais de uma semana, enchendo o ar com seu perfume de tristeza. Salvaram-se algumas coisas. Entre elas, o relógio. Dali saiu para uma casa pequena. Pelas noites adentro ele continuou a fazer a mesma coisa. E uma vizinha que não suportou a melodia do "Tempus fugit" pediu que ele fosse reduzido ao silêncio. E a alma do relógio teve de ser desligada.

Tenho saudade dele. Por sua tranqüila honestidade, repetindo sempre, incansável, "Tempus fugit". Ainda comprarei um outro que diga a mesma coisa. Relógio que não se pareça com este meu, no meu pulso, que marca a hora sem dizer nada, que não tem estórias para contar. Meu relógio só me diz uma coisa: o quanto eu devo correr, para não me atrasar. Com ele, sinto-me tolo como o Coelho da estória da Alice, que olhava para seu relógio, corria esbaforido, e dizia: "Estou atrasado, estou atrasado..."

Não é curioso que o grande evento que marca a passagem do ano seja uma corrida, corrida de S. Silvestre? Correr para chegar, aonde?

Passagem de ano é o velho relógio que toca o seu carrilhão.

O sol e as estrelas entoam a melodia eterna: "Tempus fugit". E porque temos medo da verdade que só aparece no silêncio solitário da noite, reunimo-nos para espantar o terror, e abafamos o ruído tranqüilo do pêndulo com enormes gritarias. Contra a música suave da nossa verdade, o barulho dos rojões...

Pela manhã, seremos, de novo, o tolo Coelho da Alice: "Estou atrasado, estou atrasado..."

Mas o relógio não desiste. Continuará a nos chamar à sabedoria:

Quem sabe que o tempo está fugindo descobre, subitamente, a beleza única do momento que nunca mais será...



# PERU, ENTRE A VIDA E A MORTE

*O pacote econômico do presidente Fujimori foi aplaudido pelos credores internacionais.*

*Mas trouxe desemprego, inflação e violência*

Ricardo Verastegui Lopez

A frase “entre a vida e morte”, que geralmente descreve a situação crítica de uma pessoa que está mais perto de morrer que de continuar vivendo, é a que melhor representa a realidade que o Peru atravessa hoje.

Realidade gerada durante os governos de direita do arquiteto Fernando Belaúnde Terry (1980-85) e de corte social-democrata do doutor Alan García Pérez (1985-90), e levada à gravidade presente pelo governo de orientação neoliberal do engenheiro

Alberto Fujimori que, a 8 de agosto, lançou um pacote de medidas para “estabilizar a economia nacional”. O resultado desse pacote foi um choque que elevou 30 vezes o preço da gasolina (de 21.500 para 675.000 intis), tornando-a a mais cara do mundo; quadruplicou os preços dos produtos básicos de consumo e fixou o salário mínimo em 16 milhões de intis (US\$ 45), o que corresponde a apenas 10% da cesta básica dos mais pobres, que custa 157 milhões de intis, ou seja, 424 dóla-

res. Atualmente o mínimo é de 25 milhões de intis (cerca de 50 dólares).

O mais grave é que este mínimo legal, que recebem os que têm um emprego estável, só dá para alimentar por cinco dias uma família de seis pessoas. Em pior situação estão os que têm empregos eventuais e os subempregados — que são 73% da População Economicamente Ativa (PEA), estimada em 5 milhões de pessoas —, pois sua renda mensal é inferior a 30 dólares.

Estas medidas — praticadas por um governo que subiu ao poder com mais de 56% dos votos válidos e que, no dia seguinte ao de seu triunfo eleitoral, ocorrido a 10 de junho, foi saudado por um jornal local sob o título “O povo arrasou direita e choque” — só serviram para agradar ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e suscitar elogios do Departamento de Estado norte-americano que, por meio de seu porta-voz, Richard Boucher, disse que os Estados Unidos esperam que “estes passos, que entranham sacrifícios, conduzam ao desenvolvimento econômico que todos os peruanos desejam, e permitam ao Peru beneficiar-se, novamente, da integração na comunidade econômica mundial”. Agradaram também ao Japão que, através do diretor da seção da América Latina do Ministério de Assuntos Exteriores japonês, Hiromoto Seki, expressou que “a nova administração do Peru decidiu enfrentar os graves problemas econômicos com uma política muito correta”.

Elogios aos quais se juntou o vice-presidente norte-americano Dan Quayle, que, no dia seguinte ao choque, manifestou que os Estados Unidos querem ser “aliados e sócios” do governo do presidente Alberto Fujimori e o apoiam quanto às deci-



## UM PAÍS SOB FALÊNCIA SOCIAL

Governado pelo neoliberal Alberto Fujimori, que em agosto conquistou mais de 56% dos votos válidos das eleições presidenciais, o Peru vive hoje uma das mais graves crises econômicas e sociais de sua história.

Na capital Lima seriam necessários investimentos de 146,9 milhões de dólares mensais para atender às exigências de 1,96 milhões de pobres. Enquanto isso, o governo segue a cartilha dos bancos internacionais e investe na militarização do país, para combater a violência estrutural.

sões tão difíceis para sanear a economia do país.

**A verdadeira face do choque** — Contrariamente, as medidas econômicas não só não puderam baixar ou sustentar a inflação — que segundo analistas econômicos chegará a 20.220% no final de dezembro, tendo alcançado no último mês de agosto 397% — como aumentou, ainda, por efeitos do choque, para 12 milhões os 7 milhões e meio de pessoas que vivem em estado de pobreza crítica.

Antes do choque, em declarações feitas à imprensa no dia 4 de agosto, o premier e ministro da Economia, Juan Carlos Hurtado Miller, disse que havia 12 milhões de peruanos em condição de pobreza e, destes, 7 milhões em pobreza crítica. Sublinhou que, “desse 7 milhões, há de 30 a 40% cuja existência física corre risco”.

Após as medidas econômicas, o ex-presidente do governamental Programa de Emergência Social (PES), engenheiro Percy Vargas, depois de revelar que o mencionado programa mal começara a organizar-se no dia seguinte ao ajuste econômico de 8 de agosto, afirmou que o mesmo fora traçado para atender a 7 milhões e meio de pessoas, e não para os 12 milhões a que deveria atender.

Esta realidade se torna mais sombria quando se busca o porquê do não funcionamento do PES, que nem sequer atende aos 7 milhões e meio de pessoas previstas. De acordo com fontes oficiais, só para atender a esse grupo o PES precisaria de US\$ 83 milhões mensais, quando em agosto só conseguiu US\$ 20 milhões doados pela Agência Interamericana de Desenvolvimento (AID), Japão e Itália.

De acordo, porém, com a Equipe de Investigação Econômica do jornal *Página Libre*, a situação é ainda mais deprimente, pois somente na área metropolitana de Lima o PES teria que atender às exigências mínimas de 1,96 milhão de pessoas (279.643

famílias de 7 membros em condições de extrema pobreza). Isto significa que, levando-se em conta o custo da cesta de necessidades mínimas em calorias e proteínas, que sobe a 88,3 milhões de intis, a atenção a esse grupo exigiria 24,7 bilhões de intis, o equivalente a 82,3 milhões de dólares. Se consideramos a cesta não-alimentar, a qual inclui serviços básicos de saúde, educação, transporte etc., a atenção ao mesmo grupo requer 146,9 milhões de dólares mensais.

Portanto, observa a citada fonte, para o restante período deste ano se necessitariam, aproximadamente, 735 milhões de dólares para atender aos grupos de pobreza extrema da capital, sempre e quando a erosão inflacionária não diminuir o poder aquisitivo da moeda estrangeira e sempre e quando — acrescentamos — contarmos com estas divisas que não temos.

Note-se, contudo, que estamos falando, unicamente, de Lima metropolitana; ainda não temos um cálculo estimativo dos recursos necessários para atender aos peruanos que se encontram em situação de fome, desnutrição e pobreza crítica no interior do território nacional, instalados, basicamente, no chamado trapézio andino, que corresponde aos departamentos de Puno, Cuscó, Apurímac, Ayacucho e Huancavelica.

**Violência mais violência** — Em consequência do choque que pretende ser um sinal de “boa vontade”, dirigido ao FMI por parte do governo Fujimori, para que o Peru renegocie sua dívida externa de US\$ 20.200 milhões de dólares, muitas empresas estão despedindo os trabalhadores. A “Aero-Peru”, por exemplo, está anunciando a demissão de mil trabalhadores. 40% das pequenas indústrias do país viram-se obrigadas a fechar, deixando na rua mais de trezentos mil operários, pois não podem pagar o salário mínimo. Enquanto isso, o custo de vida subiu tanto que se tornou proibitivo, a quem ganha o salário mínimo, curar um simples

*No Peru, 73% da população ganham menos de US\$ 30 e a inflação deve chegar a 20.200%. Com as diferenças sociais, aumentaram a violência política, a delinqüência e os militares*

resfriado, pois isso equivale a um gasto de 28 dólares.

Como pano de fundo deste agravamento da violência estrutural, vê-se o aumento da violência que se manifesta através da insurreição armada, guerra suja e delinqüência organizada (narcotráfico, assalto a mão armada, máfias de especuladores, prostituição, corrupção, suborno de autoridades), que só no caso da violência política deixou, nos últimos dez anos, mais de 18 mil mortos entre revolucionários, civis e forças legais; e mais de 3.500 presos-desaparecidos.

O governo de Fujimori, fechando os ouvidos aos apelos dos setores democráticos de reinstalar a autoridade civil nas “zonas de emergência”, a ela subordinando, como deve ser, as Forças Armadas, militarizou 90% do país. Daí se originou uma série de abusos contra os setores populares organizados, como na Região Grau, ao norte do Peru.

Além de tudo isso, há problemas, tais como a falta de energia hidrelétrica, de que padecem as regiões Grau (Piura-Tumbes), Norte-Oriente Marañón (Cajamarca) e Mariátegui (Puno, Moquegua e Tacna) ameaçadas de paralisação produtiva e quebra das possibilidades de desenvolvimento do país, em razão do obsolescência de suas centrais termoelétricas. A seca ocorrida na serra e a falta de possibilidades para a educação e o trabalho de centenas de milhares de jovens que compõem mais de 60% da população do Peru são outras das grandes dificuldades a vencer.

Ricardo Verastegui Lopez trabalha no Centro Cristiano de Promoción y Servicios (Ceps).

# VEM, ESPÍRITO SANTO, RENOVA TODA A CRIAÇÃO!

Nancy Cardoso Pereira



**F**acilmente o tema da 7ª Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas nos remeteria para o capítulo 2 dos Atos dos Apóstolos. É aí que encontramos o relato da “descida” do Espírito Santo.

Facilmente, também, nos acostumamos com a compreensão: aí está a ação do Espírito..., reunindo e capacitando a Igreja. Assim, nos acostumamos a relacionar a ação do Espírito com a Igreja e através dela.

O problema é que Atos 2 acabou

prisioneiro das leituras e olhares apressados e interesseiros de quem queria dar ordem ao movimento, administrar a Igreja. Atos 2 é refém das leituras contextualizadas nas disputas de poder, onde a Bíblia é usada para justificar estrutura e mecanismos de exclusões e manutenção do poder autoritário e centralizador na Igreja e, por extensão, na sociedade.

Atos 2 é o texto mais usado pelas Igrejas para refletir a ação do Espírito Santo.

Usado e abusado por aqueles preocupados com a renovação, porque querem se manter no poder, querem renovar os quadros e os agentes..., renovando as cordas dos marionetes, querem renovar as ênfases da pastoral via estratégias de massificação e facilidades, que os fogos e línguas dos movimentos carismáticos vez e outra prometem dar. É que vez e outra a estrutura precisa sugerir renovação.

Mas o uso que nossas Igrejas têm feito de Atos 2 e a compreensão que a maioria das Igrejas têm da ação do Espírito Santo não corresponde aos gemidos e dores da criação. A ação do Espírito controlada pela Igreja e seus senhores não responde às contorções da criação.

É neste sentido que Atos 2 precisa ser tomado das mãos dos senhores e missionários das Igrejas, preocupados com a Igreja renovada para sua própria novidade ou espiritualmente dividida nas trincheiras das disputas eclesiais.

Atos 2 precisa ser tomado das mãos das senhoras e senhores, leigas e leigos..., conscientemente ou não, entorpecidos pelas leituras e orientações dos movimentos carismáticos, renovadores e espirituais que os tornam maleáveis, adaptáveis e controláveis, extra-terrestres, que suspiram e gemem por prazeres pequenos e interiores, enquanto aguardam a nova criação no além.

Mas é a criação toda que geme e se contorce em dores de parto...

Atos 2 é campo minado. Região de controle. Me afasto do capítulo 2 de Atos. Procuo um outro lugar...



menos visitado e menos carregado de preconceitos e tradição.

Me oriento pela criação que sente dor. Que se contorce em dores de parto. Aceito a sugestão de Romanos 8:22 e procuro o corpo. Mas o corpo grávido. Me encontro, então, nos relatos da infância de Jesus e descubro que todo o relato é sustentado e animado pela ação do Espírito Santo. Aceito o convite: é a partir da infância, da criança e da mulher... a partir do corpo que quero refletir a ação renovadora do Espírito Santo.

**Da sala de reunião para o corpo da mulher (Lucas 1 e 2)** — Em Lucas, os relatos da infância de Jesus são, deliberadamente, aproximados de relatos do Antigo Testamento. Estamos de novo no Gênesis. Os começos.

No Gênesis encontramos a insistente presença das mulheres estéreis engravidadas pela ação de Deus, o que torna possível a promessa, a história. O começo: Sara, Rebeca, Raquel.

Em Lucas, a primeira aproximação se dá com Isabel: ela também avançada em idades e sem filhos. Como no Gênesis a situação do povo/clã é de falta de alternativas. Isabel/povo: num tempo de exílio na própria terra, invasão estrangeira, pobreza e humilhação. A história se engravida de outras histórias: lembrar das mães de Israel, elas também

sem terra e peregrinas, estéreis de caminhos e no caminho. E então: “O Senhor visita Sara” (Gn 21.1).

“O Senhor ouve as orações e Rebeca concebe” (Gn 25:4)

“Lembrou-se Deus de Raquel, ouviu-a e tornou-a fecunda” (Gn 30:22)

O corpo humilhado e restrito de futuros é visitado... é ouvido... é fecundado.

Na novidade da criança, o novo... o futuro. O presente se re-orienta. As exigências do econômico e do político se re-definem. Está presente a alternativa de se erguer como povo/clã... de reivindicar espaço e dignidade. Porque criança.

Em Lucas o esquema é semelhante. Isabel vai ser portadora da novidade.

Zacarias, seu marido, não pode acreditar. Trancado no Templo, fechado na rotina da experiência religiosa excludente e elitista, não estava apto para perceber novos começos... O anjo do Senhor diz para Zacarias que desde o ventre o menino já será cheio do Espírito Santo (Lc 1:15). Zacarias não entende. Não acredita. Faltam-lhe as palavras. Fica mudo.

Para Isabel, que reconhece no seu corpo engravidado a presença renovadora do Espírito de Deus..., as muitas palavras. A oração. A teologia. Isabel tem o que dizer: O novo a engravidou. Deus anula a vergonha da mulher diante dos homens. Grávida de profecia. Isabel foi visitada

## *A promessa torna-se realidade através da ação do Espírito que fecunda e traz a novidade*

pelo Espírito. Grávida “do-que-vem-depois-de-mim”.

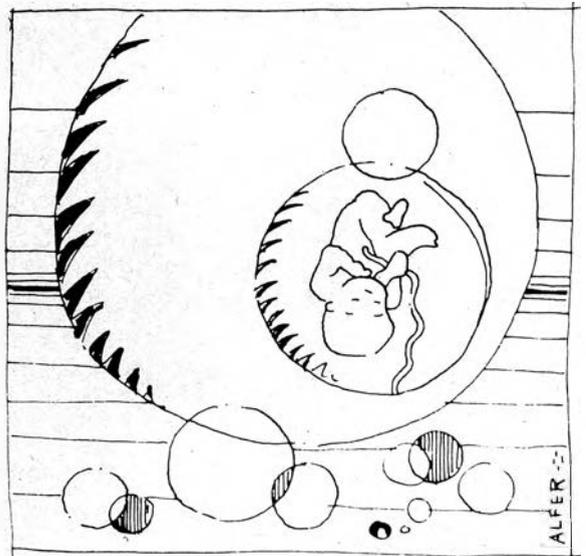
Gênesis. Novo Testamento.

Com Maria o esquema é outro e é o mesmo.

É diferente porque Maria é jovem... não é estéril.

É o mesmo esquema porque o texto insiste em apresentar o novo sem a participação dos homens. Eles estão ali. Sabemos os seus nomes. São parte da história. Mas a memória insiste em dizer que a novidade de Deus acontece entre as mulheres. Inclui os homens... mas não depende deles. Novo começo... deslocamento das práticas e políticas centradas no homem. O Espírito de Deus prescinde destas estruturas. Porque sua ação é renovadora... supera estas estruturas e aponta novas prioridades... centralidades: a criança. Prioridade e centralidade que vão orientar, também, o ministério e movimento de

## *Deus acontece entre as mulheres sem dependência dos homens e das elites. É a renovação*



## Na criação, o Espírito age nos despossuídos de poder e nos que têm alternativas e projetos

Jesus que privilegia os pobres, os doentes, as mulheres e as crianças... todos aqueles e aquelas que não são parte dos mecanismos de poder.

O anjo diz para Maria: "Descerá sobre ti o Espírito Santo..." (Lc 1:35). Maria fala. E as palavras que seu corpo engravidado produz são palavras de juízo e profecia. Teologia. Diz dos poderosos derrubados de seus tronos... e dos humildes exaltados. Os ricos despedidos de mão vazia... e os famintos alimentados. Maria é visitada e seu corpo se compromete com o projeto novo que a engravidou. "Aqui está a serva do Senhor" (Lc 1:26 a 56).

A ação do Espírito na vida de Maria se traduz em serviço e profecia. Em alegria e graça. E o corpo modificado e visitado é o sinal de que Deus está entre nós. Emanuel.

A novidade não está, portanto, na concepção virginal.

Os dogmas e doutrinas que se levantaram ao redor, por cima e por dentro dos relatos de Maria aprisionaram a novidade. Os senhores e donos da teologia tiveram que arrancar de Maria sua condição de mulher e

fazer dela uma entidade diferente e única, impedindo, assim, sua solidariedade com as mulheres do Antigo Testamento, com as mulheres de seu tempo e com as mulheres hoje. Só assim tamanha novidade poderia ser domada e adaptada e assimilada na estrutura de poder e controle de alguns homens sobre a Igreja.

Só assim a ação do Espírito Santo na vida de Maria deixaria de ser julgamento e profecia da organização social e religiosa centrada no homem e nas elites.

Mas o texto se oferece para nós, hoje, mantendo sua vitalidade e novidade: o Espírito Santo de Deus age e renova a criação não a partir dos homens e suas estruturas de opressão e exclusão, seus templos e sistemas de santidade e moral. Ao contrário... a novidade e a renovação vêm da casa... da mulher, das mulheres... dos pobres que percebem na criança pobre, nascida no curral, o Messias (Lucas 2:8).

Não é um projeto contra o homem. Não é um projeto exclusivo da mulher. Mas é um projeto e uma ação que têm seus critérios e preferências: renovar a história a partir da margem. A partir daquelas que são despossuídas do poder, julgar as políticas e propor outras. Mantendo sempre o mecanismo de renovação e superação. O Messias-menino (Isaías 9:6).

Não significa idealizar a maternidade. Não significa idealizar a mulher, a criança e os pobres. Significa reconhecer a ação do Espírito Santo de Deus a partir da margem. Deslocar a discussão das salas de reunião, fechadas nelas mesmas e voltadas para sua própria manutenção..., para os novos espaços de práticas e lutas, relações e reflexões libertadoras. Deslocar o reconhecimento da ação do Espírito... exclusivamente através da Igreja... para a ação do Espírito preferencialmente nos despossuídos de poder... mas possuidores de alternativas e projetos novos. Deslocar das espiritualizações massificadoras das pessoas e seus corpos... para o reconhecimento dos gemidos do corpo como plenos de graça e espiritualidade.

A convocação do CMI, que pretende reunir em nível internacional as Igrejas ao redor da oração "Vem Espírito Santo, renova toda a criação", para ser uma convocação que concretamente se motive pela renovação de toda a criação... precisa saber ouvir e se deixar criticar pela profecia e juízo que se erguem a partir da luta de mulheres e crianças... a partir da luta do pobre, plena de comços. Revoluções.

Nancy Cardoso Pereira, pastora da Igreja Metodista, participante do CEBI-SP.



LEIA E ASSINE

## POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

A análise crítica da conjuntura político-econômica brasileira através da ótica dos movimentos populares.

Uma revista mensal do Ibase, com a avaliação das últimas medidas do governo federal e suas implicações na sociedade brasileira.

Participe conosco nesta reflexão. Faça sua assinatura.

Individual: 30 BTNs

Institucional: 42 BTNs

Solicite um exemplar gratuito para consulta

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Rua Vicente de Souza, 29 - 22251 - Rio de Janeiro - RJ - Fone: (021) 286-0348

# ASSEMBLÉIA ÀS CLARAS



VEM, ESPÍRITO SANTO, RENOVA TODA A CRIAÇÃO  
CEDI/CMI, São Paulo, 1990, 112 pp., 14x21 cm

Paulo Roberto Garcia

Entre vários momentos que marcam o movimento ecumênico mundial, as assembleias do Conselho Mundial de Igrejas sempre aparecem como um espaço de reflexão e enriquecimento.

Em fevereiro de 1991, em Canberra (Austrália), acontecerá a sétima assembleia, que reunirá em torno do tema "Vem, Espírito Santo, renova toda a criação" cerca de

950 delegados de 306 igrejas.

O livro contém seis estudos bíblicos em torno do tema proposto, que representam o material preparatório para a assembleia. Além disso, há uma introdução que apresenta o que é o Conselho Mundial de Igrejas, um breve histórico de suas assembleias e, mais especificamente, desta sétima assembleia.

O primeiro estudo parte da crença fundamental: "Cremos no Espírito Santo". O segundo já aborda o tema da assembleia: "Vem, Espírito Santo, renova toda a criação". Os demais trabalham os sub-temas que nascem do tema geral: "Doador da vida, sustenta a criação"; "Espírito da verdade, liberta-nos"; "Espírito da unidade, reconcilia o teu povo"; "Espírito Santo, transformamos e santifica-nos".

Cada estudo apresenta três textos bíblicos, sendo que um deles é reproduzido no corpo do texto (na versão

Almeida, atualizada) e serve de base à meditação principal. Ao fim de cada meditação acrescentam-se de "pessoas de várias partes do mundo" para enriquecer o estudo. Encerando, colocam-se questões para a reflexão e debate, tornando pedagógico os estudos.

A finalidade deste livro é produzir um movimento de estudo e debate nas comunidades de fé para criar um espírito universal de comunhão em torno da Assembleia e, ao mesmo tempo, criar novos subsídios que a alimentem.

Mais do que um livro de estudos, temos a oportunidade de, através da leitura, reflexão e debate, participar de um evento maior que congrega 306 igrejas.

Paulo Roberto Garcia, pastor metodista, é professor de Novo Testamento na Faculdade de Teologia da Igreja Metodista e integrante do Programa de Assessoria à Pastoral.

# QUEM É O CLANDESTINO?

CLANDESTINO: NO COTIDIANO E NA TEOLOGIA

João Guilherme Biehl, Sinodal/Vozes, 1990, 100 pp.

Luís Marcos Sander

Segundo o dicionário, clandestino é um "indivíduo que se introduz sub-repticiamente em navio, avião, trem etc., para viajar sem documentos nem passagem". Quem anda por este mundo na condição de clandestino não é uma pessoa subserviente à ordem (aliás, tão mais aparente do que se pretende), custe o que custar.

Por sua condição de clandestino, introduz uma dissonância na des/ordem habitual das coisas. E se articular nas linhas e entrelinhas de sua fala imagens, idéias e palavras que convencionalmente se associam à religião e à teologia, então seu discurso por certo será um tanto dissonante, irreverente, estranho até — inclusive para quem já se habituou à modorrenta mesmice do discurso dito liberacionista. Tal fala clandestina e inovadora se introduz de modo mais ou menos reptício em meio à des/ordem supostamente compacta, intransparente e profana do cotidiano. Então, os interstícios do cotidiano passam a evocar algo diferente, alguém outro do que a des/ordem das coisas

e seus fiéis guardiães. Então, o Deus veiculado por essa teologia também vai adquirir as feições de um clandestino...

Ora, nada mais apropriado do que isso. Afinal, como nos lembra Rubem Alves em sua apresentação do livro, para os místicos Deus é o Clandestino, que se esconde e se revela ao mesmo tempo, despertando assim em nós a saudade do nosso lar ignoto. "Sobre o Clandestino (...) sabemos que só a sua melodia nos faz chorar. E sentimos que o nosso destino está ligado ao dele." E reagimos, cada um/a à sua maneira, como faz o autor nos ensaios, artigos, crônicas e contos que compõem este volume, em que pulsa forte, ainda que esmagada e maquiada, alguma vida clandestina. Como reagimos? Nas palavras de Rubem Alves: "Tomamos a nossa flauta e (...) improvisamos um contra-canto para o seu canto: teologia: nenhuma palavra sobre Deus: apenas o canto em cujos interstícios a sua melodia se fará ouvir...".

## Lançamento

FOME DE PÃO E DE BELEZA

Frei Betto, Siciliano, São Paulo, 1990, 330 pp.

Reunindo 83 artigos, ensaios e crônicas que o autor escreveu nos últimos onze anos, o livro aborda, com muita sensibilidade, temas distintos como religião, política, ecologia e amor, além de análises das conjunturas nacional e internacional recente. A queda dos muros, a perestroika, perfis de amigos, e a mística de Deus e dos homens permeiam a obra, indicada a todos que, além da fome de pão, têm também a fome de beleza, definida por frei Betto como "a sabedoria brotada da intuição que nos aponta o caminho adequado".

Luís Marcos Sander, tradutor, é doutor em Teologia Sistemática.

